

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 036

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 2000

ANO XXVI

Mesa Diretora

NELSON JUSTUS

Presidente - PTB

CAÍTO QUINTANA

1º Vice-Presidente - PMDB

JOSÉ MARIA FERREIRA

2º Vice-Presidente - PSDB

NELSON GARCIA

3º Vice-Presidente - PFL

HERMAS BRANDÃO

1º Secretário - PTB

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Secretário - PPB

RENATO GAUCHO

3º Secretário - PSDB

ÂNGELO VANHONI

4º Secretário - PT

LUIZ CARLOS ZUK

5º Secretário - PDT

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>Líder Oposição</i>	<i>Irineu Colombo</i>
<i>PTB</i>	<i>Ademar Traiano</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>PDT</i>	<i>Edgar Bueno</i>
<i>PSDB</i>	<i>Antonio Carlos Baratter</i>
<i>PSB</i>	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSL</i>	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PST</i>	<i>Divanir Braz Palma</i>

Representação Partidária

PTB - 11: Ademar Luiz Traiano - Algaci Tulio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni - Tiago Amorim Novaes; PFL - 08: Basílio Zanusso - Chico Noroeste - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Luiz Carlos Alborghetti - Marcos Isfer (licenciado) - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PSDB - 08: Albanor Gomes - Antonio Baratter - Augustinho Zucchi - Beraldin - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva Litro (licenciado) - Renato Gauchó - Serafina Carrilho - Sérgio Spada; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldyr Pugliesi; PPB - 04: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Edno Guimarães; PST - 02: Divanir Braz Palma - Hidekazu Takayama; PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PL - 01: Pastor Edson Praczyk; PSC 01: Miltinho Puppio.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 029ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE ABRIL DE 2000**

(quinta-feira)

Presidência do senhor deputado Nelson Justus, secretariada pelos senhores deputados Hermas Brandão e Cezar Silvestri.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Nelson Justus, Caíto Quintana, José Maria Ferreira, Nelson Garcia, Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Renato Gaucho, Ângelo Vanhoni, Luiz Carlos Zuk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Albanor Gomes, Algaci Tulio, Antonio Baratter, Antonio Carlos Belinati, Antonio Annibelli, Basílio Zanusso, Beraldin, Beto Richa, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cezar Silvestri, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edno Guimarães, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Ribas Carli, Geraldo Cartário, Hermes Fonseca, Hidekazu Takayama, Irineu Colombo, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Miltinho Puppio, Moysés Leônidas, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Pastor Edson Praczyk, Péricles Mello, Plauto Miró Guimarães, Ricardo Chab, Ricardo Maia, Serafina Carrilho, Sérgio Spada, Tiago Amorim Novaes, Tony Garcia, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Indicações:

Senhor Presidente.

Tem o presente o objetivo de solicitar a substituição do representante do Partido Social da Democracia

Brasileira - PSDB, junto aos trabalhos da CPI do Narcotráfico, conforme o abaixo descrito.

Retirar o nome do deputado Sérgio Spada e incluir o nome da deputada Serafina Carrilho.

A necessidade se prende ao fato de este deputado ter assumido a Liderança do Partido, nesta Casa.

Sendo o que se apresenta para o momento aproveito para reiterar protestos de elevada e distinta consideração.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) SÉRGIO SPADA
Líder do PSDB

INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Os integrantes da Bancada Parlamentar do PSDB, abaixo assinados, vêm através desta indicar o deputado Sérgio Spada para assumir a Liderança nesta Casa.

Sem mais agradecem.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(aa) ANTONIO BARATTER, RENATO GAUCHO, AUGUSTINHO ZUCCCHI, SERAFINA CARRILHO, SÉRGIO SPADA E BERALDIN.

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 113/2000, que disciplina a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 592

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, Regime de Urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 110/2000, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 581

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de Redação Final do Projeto de Resolução nº 007/2000, item 04 da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) CEZAR SILVESTRI

REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, retirada por 10 sessões do Projeto de Lei nº 231/99, item 07, em 1ª Discussão, de autoria do nobre deputado José Durval Amaral, constante da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) VALDIR ROSSONI

REQUERIMENTO Nº 594

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER, a retirada da Ordem do Dia, por cinco sessões do Projeto de Lei nº 134/99, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) NEREU MOURA

REQUERIMENTO Nº 591

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja adiada por duas sessões, a votação do Projeto de Lei nº 144/99 de autoria do Exce-lentíssimo deputado Pastor Edson Praczyk.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da sessão de hoje, voto de congratulações à Coordenação de Funcionários da Associação de Auxílio a Gestante e Creche Tia Sula, município de Colombo, pela passagem de seus 11 anos de sua fundação, o qual ocorrerá no dia 15 de abril de 2000.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência a Coordenadora Gessulina Balbina Azzarini, através de correspondência a ser encaminhada, Rua Renato Soares de Almeida, nº 267, Canguiri, CEP: 83412-220, Colombo, Paraná.

Nestes termos pede deferimento, conforme dispõe o Regimento desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 593

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido na Ata dos trabalhos desta sessão, voto de louvor ao presidente do Banco do Estado do Paraná, Banestado, senhor Reinold Stephanes,

pelos brilhantes serviços prestados junto aquela Instituição Financeira.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

REQUERIMENTO Nº 582

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente à Prefeitura Municipal de Colombo, no sentido de atender o pedido da senhora Ivete da Silva, residente à Rua José Januário da Silva, 19 - Jardim Iracema, bairro Roça Grande, que pede o asfaltamento da rua em que reside e da Rua Aurélio Correia, situada nos fundos de sua residência. Somente 01 (uma) quadra de cada rua encontra-se asfaltada.

Se necessário, recomendamos contato com a requerente pelo telefone de número 761-6327.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 589

Senhor Presidente.

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Deto-Departamento Estadual de Transporte Oficial, reforçando solicitação de veículos para a APAE e o Departamento Estadual de Transporte Oficial, reforçando solicitação de veículos para a APAE e Departamento Municipal de Educação do Município de Jundiá do Sul.

Sala de Sessões, em 13.04.2000.

(a) ALGACI TULIO

REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente.

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, oficie-se ao secretário de Estado da Fazenda, Giovanni Gionédis, no sentido de que desconsidere o pedido de informações do requerente, aprovado em Plenário desta Casa, sobre a sustação dos incentivos fiscais do Programa Paraná Mais Empregos para a Zona de Processamento Aduaneiro - ZPA de Maringá, tendo em vista que já recebeu informalmente essas informações daquela Secretaria de Estado.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) RICARDO MAIA

Projeto de Lei:**PROJETO DE LEI Nº 114/2000**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - O governo do Estado do Paraná determinará que, anualmente, as Polícias Civil e Militar devam

receber um veículo blindado cada uma, até que todas as regiões administrativas do Estado contem com 5% (cinco por cento) das respectivas frotas composta por veículos dessa natureza.

Art. 2º - Os veículos terão a respectiva utilização restrita a operações especiais das Polícias Civil e Militar.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta do Fundo de Modernização da Polícia Militar e Fundo de Reequipamento da Polícia Civil.

Art. 4º - O chefe do Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) ANTONIO CARLOS BELINATI

JUSTIFICATIVA:

As Polícias Civil e Militar do Estado do Paraná são instituições que precisam contar com equipamentos especiais para lutar contra o crime, especialmente aquele organizado e que conta com armas e outros equipamentos sofisticados.

A Polícia Militar possui duas unidades integradas pelo Comando do Policiamento da Capital, com área de atuação em 22 municípios, população de 2.122.992 habitantes, e o Comando do Policiamento do Interior, com área de atuação em 349 municípios, população de 6.404.353 habitantes.

A Polícia Civil, assim como a Polícia Militar, está presente em todos os municípios paranaenses e necessita de equipamentos à altura das características desse trabalho, voltado a garantir a segurança da população, combatendo o crime em todas as suas formas de manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

No Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Algaci Tulio.

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, senhores deputados:

Venho à tribuna para trazer à Casa a satisfação em relação à minha indicação para representar esta Assembleia na Comissão Especial de Alto Nível do governo, que analisou denúncias de envolvimento de policiais civis e servidores do Estado em consequência da passagem por aqui da Comissão Nacional do Narcotráfico.

Quero, então, prestar a esta Casa, os esclarecimentos. Ontem a comissão encerrou seus

trabalhos; entregamos o relatório oficialmente ao governador do Estado, e hoje cabe a mim, como representante desta Casa naquela comissão, trazer aqui satisfações e fazer também a entrega oficial ao presidente, deste relatório.

Vou ler apenas alguns trechos mais importantes das alterações, das modificações, das sugestões que a comissão está dando para o governo do Estado, para que faça importantes modificações no Estatuto da Polícia Civil, para que encaminhe a esta Casa, como mensagem em caráter de urgência, também algumas alterações.

“Pelo Decreto 1837 de 13 de março de 2000, o governador instituiu a Comissão Especial destinada a averiguar o possível envolvimento de servidores policiais civis no crime organizado, sugerindo medidas que visem a tomada de providências cabíveis com vistas à superação de tão grave problema.

A Comissão foi constituída pelos seguintes membros: José Cid Campêlo Filho, secretário de Estado de governo, na qualidade de presidente; Maria Elisa Paciornik, Secretária de Estado da Administração; José Tavares, secretário de Estado da Justiça e Cidadania até o início da comissão; Joel Coimbra, procurador geral do Estado. Estes, indicados pelo governador do Estado. Além de Dartagnhan Abilhoa e Ivani Antônio Bueno, indicados pelo Ministério Público do Estado; deputado Algaci Tulio, indicado pela Assembleia Legislativa do Paraná e Francisco Accioly Neto, indicado pela OAB Paraná.

No curso dos trabalhos, o secretário da Justiça e Cidadania José Tavares, foi exonerado, a pedido, do cargo, tendo sido nomeado secretário de Estado da Segurança Pública e no seu lugar foi nomeado Pretextato Taborda Ribas Neto.”

O decreto foi devidamente protocolado dentro do que estabelecem as normas de governo.

Começamos a nos reunir no dia 15 de março, depois nos reunimos nos dias 17, 20, 23, 27 e 28 de março, e também nos dias, 03, 06 e 07 de abril.

Foram estas reuniões realizadas, ouvindo ex-diretores da Polícia Civil, ouvindo servidores, expedindo ofícios a vários setores, tanto a nível de Estado como a nível de Ministério Público, a nível de Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico a nível nacional; tivemos uma reunião envolvida com a Comissão Especial aqui da Assembleia. Também reuniões com o Ministério Público. Também recebemos vários requerimentos. E, ao final, nós propusemos algumas mudanças, sugestões, dentro desta situação toda colocada, pelo envolvimento ou não de servidores públicos.

É bom destacar também, que a comissão teve, que como medida importante solicitar as declarações de imposto de renda dos últimos três anos dos policiais citados, tanto investigadores como delegados. Encaminhamos ofício à Diretoria da Polícia Civil, à Secretaria de Segurança Pública, enfim, foram tomados vários procedimentos.

E, aí, chegamos às conclusões desta comissão.

(Lê):

“Das declarações e documentos colhidos surgiram fartas referências ao envolvimento de servidores policiais civis na prática de ilícitos penais que também constituem infrações disciplinares, previstas no Estatuto da Polícia Civil”.

Peço atenção dos parlamentares para que tomem conhecimento do que, na verdade, esta comissão tomou como providência:

(Lê):

“Foram consideradas as informações divulgadas pela CPI do Narcotráfico, sendo que o Estado do Paraná, por intermédio do Ministério Público e da Secretaria de Segurança Pública, está realizando o trabalho de investigação e produção das provas necessárias para a instauração de processo penal contra as pessoas envolvidas.

Até agora foram decretadas as prisões dos seguintes servidores policiais civis: João Ricardo Kepes de Noronha, Mauro Canuto Castilho e Souza Machado, Reginaldo Moreira, Samir Skandar, Marcos Antonio Germano, Edmir da Silveira, Paulo Cesar Rodrigues, Homero Andretta Baggio, Kiyoshi Hattanda, Osvaldo Alves da Veiga, Altair Ferreira Pinto, Edison Clementino da Silva e Moacir Alves de Albuquerque, sendo que destes, apenas o senhor João Ricardo Kepes de Noronha não foi preso. Foram revogadas as prisões temporárias de Paulo Roberto Serafin, Ezequiel de Barros, João Ricardo Kepes de Noronha, Moacir Alves de Albuquerque, Edson Clementino da Silva e Osvaldo Alves da Veiga.

A comissão recebeu do Ministério Público cópias dos atos que determinaram a instauração de inquérito policial contra os servidores policiais civis: Mauro Canuto Castilho e Souza Machado, Reginaldo Moreira, Samir Skandar, Marcos Antonio Germano, Edmir da Silveira, Paulo Cesar Rodrigues, Homero Andretta Baggio, Osvaldo Alves da Veiga, Ezequiel de Barros, Altair Ferreira Pinto, Edson Clementino da Silva, João Ricardo Kepes de Noronha.

A comissão recebeu também cópia da denúncia oferecida contra os policiais civis: Valdir Eufrásio (supervisor administrativo), Paulo de Castro Neto, Geraldo Lourenço (auxiliar administrativo) todos lotados na Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos desta capital.

Impõe-se, agora, a adoção das medidas necessárias para a instauração de processo disciplinar em relação aos aludidos policiais civis, nos termos dos artigos 214 e seguintes, artigo 258, do Estatuto da Polícia Civil do Paraná, que devem ser adotadas pelo Conselho da Polícia Civil, na forma do artigo 244, do mesmo estatuto.

Impõe-se também, a imediata instauração de processo disciplinar contra todos os policiais civis do Estado do Paraná que se encontram no exercício de suas funções e que estejam respondendo processos criminais, na forma dos mesmos artigos citados.

Aliás, tais providências já foram objeto de sugestão a Vossa Excelência, governador, através dos Ofi-

cios nº 52/2000-CE e 53/2000-CE, datados de 04 de abril de 2000, tendo esta comissão tomado ciência que a mesma foi acolhida com imediata determinação ao secretário de Estado da Segurança Pública para seu cumprimento. Foram apresentadas as seguintes sugestões de alterações na estrutura e organização da Polícia Civil que foram acolhidas pela comissão: Primeiro, alteração da composição do conselho da Polícia Civil para ser constituído da seguinte forma: delegado geral que será o seu presidente, três delegados de primeira classe, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil, um representante da procuradoria Geral do Estado e um representante do Ministério Público. Esta é uma alteração fundamental, substancial, porque o Conselho da Polícia Civil era formado por todos os delegados divisionais, era um conselho muito grande e que não tinha participação de entidades da sociedade. Agora não, A comissão que foi constituída pelo governador está propondo esta alteração, que o conselho seja diminuído para sete pessoas, que seja presidido pelo presidente e o presidente seja o diretor da Polícia Civil, com mais três delegados e três entidades fora da estrutura da polícia, ou seja, a Ordem dos Advogados, representante da Procuradoria Geral do Estado e um representante do Ministério Público.

Atribuição também à Corregedoria da Polícia Civil, das seguintes competências - A) Instauração de processo disciplinar, instauração de inquérito policial que até então a Corregedoria era praticamente uma mera coletora de papéis e distribuição de papéis e não chegava-se a uma conclusão. Então, esta também é outra alteração substancial dentro da Corregedoria da Polícia Civil. Criação de uma carreira própria para a Corregedoria da Polícia Civil isto é importante porque geralmente há as cirandas dentro das delegacias e de repente o policial, o delegado hoje está na Corregedoria, trabalhando dentro de um processo administrativo que envolve um outro policial. De repente muda. Ele sai da Corregedoria, vai para uma delegacia de polícia onde ele acaba sendo, praticamente uma pessoa inferior àquele delegado ou àquele policial que ele estava fazendo um processo na Corregedoria. Então, para acabar com isto, é preciso criar uma carreira própria para a Corregedoria da Polícia Civil.

Quarto, subordinação da Polícia Científica, outro item importante e que esta Assembléia vai ter também a oportunidade de discutir e determinar a sua mudança ou não, porque hoje o Instituto de Criminalística, o Instituto Médico Legal, o Instituto de Identificação, são subordinados ao delegado geral. Estamos propondo aqui uma mudança importantíssima - subordinação da Polícia Científica, do Instituto Médico Legal, do Instituto de Criminalística e do Instituto de Identificação diretamente ao secretário de Estado da Segurança Pública. Ele vai ter uma função praticamente autônoma que é uma velha reivindicação cuja alteração já existe em pelo menos dez ou onze Estados da Federação, já adotam esta autonomia do Instituto de Identificação, do Instituto de Criminalística, do Instituto Médico Legal, para acabar até e agora

recentemente tivemos em registro este fato lamentável, onde desapareceu o corpo de uma passageira num acidente com ônibus e de repente descobriu-se que havia o envolvimento de funcionários do Instituto Médico Legal. Aqui mesmo em Curitiba há uma intervenção no Instituto Médico Legal por algumas irregularidades.

Então, o que queremos? É acabar com a subordinação desses institutos ao delegado geral, passando ao secretário da Segurança Pública.

Revitalização dos conselhos comunitários de Segurança Pública. Criação de uma Comissão Especial para elaboração de projeto de reformulação do novo estatuto da Polícia Civil.

Sétimo, regulamentação dos critérios destinados à aferição do estágio probatório.

Oitavo, implantação de uma central informatizada de ocorrências para registro obrigatório de todos os boletins. Isto é para acabar com o passeio de viaturas e às vezes até para evitar, também, que no meio do início de uma ocorrência ela não chegue ao final, porque aí o policial que não é correto, que é desonesto, acabou fazendo um acerto no início dessa ocorrência. Então, a ocorrência vai ter o início e vai ter o final. Ao veículo se movimentar de uma delegacia é feita a comunicação via rádio a esta central que inicie o processo desta ocorrência, desse boletim, e ao final este policial com essa viatura, vai ter que dar o resultado desta operação.

Nono, definição de critérios de provimento de delegacia que não estejam localizadas em sede de comarcas.

Décimo, realização de um levantamento em todas as varas criminais do Estado do Paraná para identificar os policiais já condenados, ou que estejam respondendo a processo penal para instalação de procedimento disciplinar conforme determina o artigo 258 do estatuto da Polícia Civil, para acabar com processos abertos contra policiais, e que não chegam ao seu final, que ficam parados por decurso de prazo, porque perdeu-se o prazo, ou porque não houve também o interesse em chegar à conclusão desse processo.

Décimo primeiro, alteração do regulamento da Polícia Civil, estabelecendo que o preenchimento de cargos em comissão e de funções gratificadas, privativos, levem em consideração tão somente a experiência, a idoneidade e a capacidade profissional, independente da correlação hierárquica. Aqui estamos querendo também dizer o seguinte: hoje os delegados divisionais que ocupam as delegacias, são de 1ª classe.

Então, queremos mudar essa situação, até porque a Polícia Civil não tem hoje delegados de 1ª classe suficiente para preenchimento de todas as delegacias. E quando de repente tem um delegado de 2ª classe, 3ª classe com muita capacidade, com muita honestidade, com muita força de vontade, não pode subir porque à sua frente nesses cargos somente cabe delegado de 1ª classe. Então, queremos também aí criar esta modificação.

Décimo segundo, criação de uma divisão policial para o combate do narcotráfico, bastante reivindicada, e

foi idéia inicial da Comissão especial desta Casa, presidida pelo nobre Deputado Ângelo Vanhoni, da qual fizemos parte, foi um dos primeiros atos tomados pela nossa comissão dessa idéia da criação de uma divisão policial para combate do narcotráfico, incluindo nessa divisão delegacias de antitóxicos da capital e as que existirem no interior, bem como o Grupo Fera também.

13 - Criação de um programa de prevenção e saúde mental, tratamento e acompanhamento de usuários de substâncias psicoativas para servidores policiais civis. É para acompanhar a vida do policial, para saber se esse policial está tendo problemas na ordem de alcoolismo, tóxicos, ou até problemas de ordem pessoal.

Tendo em vista tudo o que foi apurado pela comissão, propõe-se a alteração em regime e urgência dos seguintes dispositivos do estatuto da Polícia Civil: 1º, artigo 243 passa a ter a seguinte redação: processo disciplinar precederá à aplicação das penas previstas no artigo 222; 2º, o artigo 244 passa a ter a seguinte redação: compete à Corregedoria da Polícia Civil a instauração do processo disciplinar através da comissão permanente ou especial de disciplina de ofício mediante representação fundamentada, investigação preliminar por provocação de qualquer autoridade policial, ou através de sindicância; 3º, o § 1º do artigo 244 passa a ter a seguinte redação: “§ 1º, haverá até cinco comissões permanentes de disciplina designadas pela Corregedoria da Polícia Civil integradas por três servidores policiais civis estáveis, de carreira de nível superior e presididas por delegados de polícia preferencialmente da classe mais elevada, sem prejuízo das respectivas funções; 4º, o § 5º do artigo 244 passa a ter a seguinte redação: por motivo relevante a Corregedoria da Polícia Civil poderá substituir qualquer membro da comissão disciplinar; 5º, parágrafo do artigo 244, passa ter a seguinte redação: que ofício ou mediante proposta fundamentada da Corregedoria da Polícia Civil, o secretário de Estado da Segurança Pública poderá determinar a constituição de comissões especiais de disciplina, com observância do disposto no artigo 1º deste artigo; 6º, o artigo 258, passa a ter a seguinte redação: autuado em flagrante o servidor policial civil ou indiciado o inquérito policial pela prática de crime, previstos nos incisos do artigo 230 desta lei, a autoridade policial remeterá cópia das respectivas peças à Corregedoria da Polícia Civil, para instauração de processo disciplinar; 7º, o § 1º do artigo 295 passa a ter a seguinte redação: os cargos de delegado geral, adjunto da Polícia Civil, da Corregedoria da Polícia Civil, da Assessoria Civil da Cesp, da Secretaria Executiva, das divisões e subdivisões policiais, das inspetorias dos centros de operações policiais especiais, da Central de Apoio e do Centro de Triagem, serão escolhidos dentre os integrantes da carreira do delegado de polícia, preferencialmente, da classe mais elevada. “Aqui é que também entra, portanto, o delegado de 2ª, 3ª e 4ª classes, que tenham condições de assumir essas funções. “8º, revogação da Resolução 383, de 11 de dezembro de 1986, do secretário de Estado de

Segurança Pública, que atribuiu a todas as unidades policiais a incumbência de executar ações, preventivo-repressivas, em relação aos crimes de tráfico e uso de tóxicos, conferindo com exclusividade essa atividade policial às delegacias especializadas de antitóxicos. “Acabar com a atuação de distritos policiais, que fazem também combate ao tóxico, mas cujo resultado não chega a lugar nenhum - se perde nesse meio tempo e ninguém sabe o que aconteceu: se foi detido apenas o usuário, se foi preso o traficante e aonde foi entregue essa mercadoria que porventura venha ser apanhada junto com esse elemento. Então, centraliza nesta divisão do narcotráfico, que será criada e através da Delegacia de Antitóxicos, da cidade, aqui da Capital, ou do interior do Estado.

“Ao encerrar os trabalhos a comissão espera ter conseguido corresponder a confiança do governador e agradecer a oportunidade, que propiciou a seus membros, de prestar mais esse serviço em favor do Estado do Paraná. José Cid Campelo Filho, presidente; Algaci Tulio, relator; Francisco Aciole Neto, representante da Ordem dos Advogados; Joel Coimbra, procurador-geral do Estado; Maria Elisa F. Paciornik, secretária da Administração; José Tavares da S. Neto, secretário da Segurança; doutor Tato Taborda, secretário da Justiça e da Cidadania; Dartagnan Abilhoa; representante do Ministério Público; e Vani Antonio Bueno, também representante do Ministério Público.”

Senhor presidente, faço aqui esta leitura dos tópicos mais importantes, que dizem respeito ao conhecimento desta Casa. E já informando aos parlamentares que o governador, ontem, ao receber esta comissão, imediatamente autorizou à sua assessoria para que prepare mensagem a esta Casa, fazendo as alterações, as mudanças que essa comissão propôs, ao ouvir vários delegados gerais e também com sugestões encaminhadas pela Ordem dos Advogados, por minha pessoa, representando esta Assembleia e também pelo Ministério Público.

Concedo um aparte ao deputado Edgar Bueno.

O Sr. Edgar Bueno

Senhor deputado, só uma informação: recebo agora pela parte da manhã uma ligação de Cascavel, da mãe do Rafael Valenga - Vossa Excelência sabe que o Rafael Valenga fez sérias denúncias contra autoridades policiais, políticos, enfim, contra várias pessoas. No dia 13 do mês passado ele saiu de casa e desapareceu. Essa mãe, desesperada, não sabe para quem apelar, porque me dizia agora há pouco, por telefone, que tem medo de agir, porque a sua casa sempre foi cercada por carros que fiscalizavam a vida e as ações daquela família depois das denúncias que ele fez. Faz exatamente trinta dias que o Rafael Valenga desapareceu misteriosamente - ninguém encontrou o corpo, ninguém sabe onde ele está. ele perdeu o contato com a mãe, perdeu contato com a família, só estou fazendo este aparte para que Vossa Excelência compreenda a seriedade que vamos enfrentar, com esta CPI, a responsabilidade que temos e as ações, sérias e

enérgicas que vamos ter que tomar. Porque se mais esta pessoa desaparece e não tivermos a possibilidade de punirmos responsáveis, quem sabe lá, vamos adivinhar quem são os responsáveis? Achamos que temos que tomar medidas muito sérias para que a gente possa proteger estas famílias que hoje se encontram como se encontra a mãe do Valenga, sequer dá entrevista para rádio e para jornais, estão todos à procura de notícias de seu filho e ela sequer dá entrevista!

O Sr. Algaci Tulio

Muito obrigado pelo seu aparte e para lembrar a Vossa Excelência que uma das sugestões da nossa Comissão Especial, aqui da Assembleia, foi a criação de um projeto de lei de apoio a testemunhas, para que se dê segurança às testemunhas para que o governo possa investir na segurança daqueles que vão testemunhar.

Vamos enfrentar muitas situações dessas na nossa CPI do Narcotráfico, muita gente que vai querer vir depor, mas que quer uma proteção para isso. E para isso vai depender, também, da tramitação, em caráter de urgência, aqui nesta Casa. O Deputado Caíto Quintana esteve já no Rio Grande do Sul e se não me falha a memória em São Paulo, em nome da nossa Comissão Especial, em nome desta Casa, já colhendo subsídios para que tramite, nesta Casa, o mais rápido possível, um projeto de apoio a testemunhas que queiram nos ajudar.

Aí demonstra, mais uma vez senhores deputados, a preocupação que eu tenho, como presidente, uma missão bastante difícil que me foi dada, para presidir esta Comissão do Narcotráfico, e quando fiz um apelo ontem aos participantes, sabemos que a comissão vem num período eleitoral, mas nós temos uma responsabilidade maior até do que esta responsabilidade eleitoral, em ajudar prefeitos ou aqueles que são pré-candidatos a prefeitos, não podemos, no meio do caminho, afrouxar. Precisamos trabalhar e por isso peço aos líderes de Partidos que encaminhem também para a Comissão do Narcotráfico, a relação dos suplentes, para que na hora em que o titular não puder comparecer, se convoque o suplente. Porque não vou admitir e isso ficará muito ruim para a Casa no momento em que se convoque uma reunião, não termos quorum para esta reunião. O processo é muito sério, é uma enorme responsabilidade e esta Casa, como um todo, tem que dar a sua importante colaboração.

Muito obrigado, senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Hidekazu Takayama.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, senhores parlamentares.

Algumas razões me trazem a ocupar a tribuna neste horário.

A primeira delas é, senhor presidente, render neste momento um voto de louvor, requerimento que estou

dando entrada, ainda hoje, à Mesa, à pessoa do doutor Reinhold Stephanes. Hoje os jornais trazem a boa notícia que Banestado é considerado um banco sem risco. O rating carioca, Lopes Filho e associados classificou o Banco do Estado do Paraná com o conceito: acima de bom. Normalmente as notas 8 e 9 são consideradas, pelo mercado, como boas notas atribuídas aos bancos saudáveis que não oferecem riscos aos investidores. E agora vemos aqui a nota dada ao Banestado, neste primeiro semestre: Muito bom, porque a nota foi 10.35.

Não tenho nenhum relacionamento no sentido político com Reinhold Stephanes e muito menos tenho procuração aqui, e não faria se tivesse dele para hoje estar ocupando a tribuna. Faço isso com o maior prazer em ver que homens sérios como o ex-ministro fazem com que as nossas instituições sejam colocadas na ordem das boas instituições e o conceito de muito bom ao banco estatal paranaense, nos leva nesta hora a render nossa homenagem ao doutor Reynhold Stephanes, que no trabalho sério, muitas vezes em prejuízo até da sua própria imagem e postura política, faz com que ele, como um bom administrador leve instituições como esta, desafios até a serem vencidos, como esses, a situações como essa que nós vimos.

Alguns dos pontos positivos que os jornais narram é que para o Banestado, 18% dos arquivos foram consequência das operações de câmbio e tanto os títulos como as operações confirmam a boa liquidez no mercado.

Isso retrata a situação boa que se encontra o Banestado, que trabalhou por anos no vermelho e agora já em fevereiro de 2000, teve o seu primeiro balanço positivo.

Deixamos aqui neste momento, os nossos parabéns ao doutor Reynhold Stephanes pelo trabalho sério que vem realizando. Sabemos que quando ocupava o Ministério, lhe entregaram o primeiro abacaxi, que era de tentar resolver os problemas da previdência. Talvez isso tenha até lhe custado o mandato, mas uma vez lhe entregaram aqui no Estado, uma função nada agradável, que era de sanear um banco que estava em situação extremamente difícil e, ele o coloca num patamar de muito bom, dentro do conceito das empresas que fazem avaliações dos bancos rentáveis, que não correm risco.

Fica aqui, portanto, a minha homenagem como pessoa e como parlamentar, ao doutor Reynhold Stephanes, pelo trabalho, que vem tendo junto ao banestado instituição do nosso Estado.

A segunda razão que me traz aqui, é um pedido de informação de um projeto de lei, que hoje está tramitando pela Casa, e que já foi apresentado por mim em ocasião anterior.

Aí, fica a minha pergunta, nada contra a pessoa que está apresentando, pelo contrário, é sinal que é uma lei interessante e justa: o projeto de lei apresentado pelo Pastor Edson Praczyk dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados.

No ano de 97, entrei com este mesmo projeto, recoloquei o projeto em pauta novamente, já nesse

novo período, e no entanto por duas ocasiões, o meu projeto foi engavetado. De repente, aparece o mesmo projeto. Eu queria pedir à Mesa, a informação de saber porque o meu projeto que foi dado entrada em 97, não foi colocado em pauta e o outro que foi dado entrada em 99, no mês de abril, já está aqui sendo colocado em pauta nas votações.

Ou está havendo qualquer interesse em nos prejudicar ou então - quero deixar aqui uma ressalva que não tenho nada contra o Pastor Praczyk, pelo contrário, acho que é sinal que o deputado tem boas idéias e interesse social de uma das classes que merecem a nossa atenção.

Quando eu dei entrada neste projeto, Pastor Edson, eu estava pensando nos policiais militares de serem isentos do pagamento de passagem no transporte coletivo intermunicipal principalmente com relação à região metropolitana.

Porque o policial militar, no transporte municipal, pode percorrer o limite sem nenhum problema, mas quando ele vai para a região metropolitana, por exemplo Pinhais, Piraquara, São José dos Pinhais ou Campo Largo, ele tem que descer na divisa, passando o vexame de pegar um outro ônibus, porque não pode transitar nesse transporte intermunicipal.

De repente, o meu projeto, que dei entrada em 1997, sumiu. Estou na comissão, senhor presidente, de Combustíveis, gostaria até de estar na Comissão de Medicamentos para saber como é que faz para tomar esses medicamentos, como o Doril, quando se toma Doril parece que a coisa some.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta presidência pede data vênica, licença para interrompe-lo porque Vossa Excelência está incorrendo em um erro. O projeto de sua autoria foi da legislatura passada, e por conseguinte não desarquivado, foi arquivado e não foi pedido desarquivamento. O projeto do Pastor Praczyk foi dado entrada este ano e por esta razão encontra-se na Ordem do Dia.

O que Vossa Excelência poderia fazer nesta oportunidade, seria anexá-lo a este projeto.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Senhor presidente, obrigado pela informação, mas gostaria só de acrescentar que nós demos a entrada do pedido justamente no dia que foi anunciado aqui que tinha sido arquivado na legislatura anterior, já no dia seguinte ou na semana, na sequência demos entrada neste projeto, estou até surpreso, não tenho nada contra o deputado Edson Praczyk, pelo contrário, acho que é de uma grande iniciativa e quero me somar porque entendo a importância do trabalho desses policiais militares que transitam pelos ônibus urbanos sem nenhuma dificuldade, mas que quando têm que ir para um município ao lado como Colombo, Pinhais ou na região metropolitana, têm que descer na divisa para pegar outro ônibus.

O SR. PASTOR EDSON PRACZYK (Pela Ordem)

Quero me manifestar dizendo que sou de acordo com Vossa Excelência no que diz respeito a anexar o projeto do nobre companheiro e amigo, deputado Hidekazu Takayama, uma vez que o nosso projeto, projeto em questão, já passou pelas comissões e já foram dados os pareceres necessários para que hoje estivesse em pauta, e que concordamos em que possa subscrever o projeto.

É o que eu queria declarar, senhor presidente.

O SR. HIDEKAZU TAKAYAMA

Nobre companheiro Edson Praczyk, Mesa Diretora, o que me deixa intrigado e um tanto apreensivo é a razão de o meu ter entrado há dez anos e ter sido arquivado, e de repente este projeto do deputado Praczyk, - que tem todo o meu apoio e fico feliz em saber que ele tenha dado entrada, - tenha desta forma vindo à Mesa, enquanto o meu, durante 3 anos, ficou arquivado sem dar entrada aqui na Casa. Deixa-me um pouco preocupado se há qualquer interesse ou de qualquer pessoa interessada em tentar nos trazer um prejuízo.

Fica aqui então, a minha preocupação nesse sentido.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Apenas para esclarecimentos dos nobres deputados, a Mesa passa a ler o artigo 250 do Regimento Interno: “Serão arquivados em qualquer fase de sua tramitação, as proposições apresentadas em legislaturas anteriores: não se pode votar processo de uma legislatura para outra, ele passa a ser arquivado automaticamente”.

Com a palavra, deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDIR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Eu, durante todo esse tempo em que os órgãos de segurança do Paraná estão sendo questionados, em momento algum não vi nenhuma palavra e relação àquilo que é uma prática nas delegacias aqui no Paraná.

O método investigativo dá lugar à tortura. O ser humano é reduzido a nada por esta prática sórdida.

Nós, do Paraná, queremos uma nova Polícia Militar, uma nova Polícia Civil e queremos controle em cima destas instituições para que elas não continuem fazendo aquilo que fazem todos os dias, praticamente, em todo o Estado do Paraná.

Senhor presidente, falando de tortura, me lembro que colocamos na Constituição esta prática abominável como crime inafiançável, como crime hediondo. E, ninguém se choca neste País com a tortura que campeia livremente.

Lembro-me, quando militante aqui no Brasil, no meio estudantil, contra os privilégios que existiam neste País, que eu vi um País se chocar sim, foi a França. Henri Alleg, escreveu um livro: “A Tortura”. Simone de Beauvoir, Jean Paul Sartre, toda a intelectualidade daquele

País ficou chocada, porque descobriram que os franceses que lutavam pela liberdade em todos os cantos, estavam praticando a tortura contra os guerrilheiros que lutavam pela libertação da Argélia. Certa oportunidade, para se colocar as mãos num líder popular da Argélia, o general Raol Salan, mandou cercar um quartelão todo de Argel e o dinamitaram, porque o argelinos, homens e mulheres, mesmo submetidos à tortura, não entregaram o líder guerrilheiro. A França toda chorou por ver a degradação das suas instituições e aí que vimos a volta do general De Gaulle ao comando francês.

Estou falando destas coisas aqui porque estamos acostumados com isso. Estou vendo este aprendiz de ditador que é o Fujimori, tentando golpear o povo peruano nas eleições que se travaram lá no Peru. Mas, houve a necessidade de a matriz dar um recado para a filial peruana: “Olha, façam o 2º turno senão as coisas não ficarão bem”.

Os americanos continuam, de toda maneira, influenciando as decisões em todos os Países, como fazem aqui. E estou falando destas coisas nesta manhã, porque o nascimento de ditaduras, a sordidez da tortura, essas coisas precisam ser combatidas todos os dias, porque enquanto estamos vendo esta situação, certamente se procurará desviar a atenção do povo das suas questões fundamentais e básicas.

Vejam bem, o desmanche dos automóveis, o desmanche do patrimônio público e quero até aqui me surpreender alegremente com o discurso do nobre deputado Takayama porque ele traz a boa nova, a grande notícia que, depois da chegada dos 6 bilhões de reais ao Banestado, ele dá sinais de vida! É um Banco nota 10! Teve grandes lucros! Então fica aqui uma sugestão para que o governo do Paraná não coloque à venda, não faça o leilão deste patrimônio que foi construído por todo o povo do Paraná. Se houve solução para o Banestado, talvez haja solução para os outros problemas que nos assoberbam. Mas, é preciso que nós, aqui, não brinquemos nunca de fazermos investigações. Uma ninhada, uma fornada de CPI's está aí. Fico até a admirar a competência que os deputados, todos nós, vamos ter. Alguns deles, além de atenderem toda sua base, de fazerem reivindicações em todas as secretarias, estarão em várias CPI's, viajando por todo o Paraná! Não sei como é que isto vai ser possível.

Mas, quero deixar aqui, nesta manhã de quinta-feira uma palavra de alento: que consigam se aprofundar, mesmo, que investiguem, e aqueles que estão na CPI do Narcotráfico, do crime organizado, do roubo de cargas, não se esqueçam desta sordidez que está institucionalizada neste país, que é a tortura!

Lembro-me, quando combatíamos a ditadura militar, que em determinada noite apareceu o deputado Marco Antônio, do Partido Comunista - não sei bem se era este o nome dele - mas, se falava que ele tinha sido trucidado nestes métodos investigativos dos nossos órgãos de segurança. E trouxemos o homem cambale-

ante, arrebatado, e o jogaram diante da Nação, dizendo: “olha como a Oposição mente, o deputado está vivo!”

Aquilo não era nem um ser humano, o que estava ali, porque o tinham degradado, tinham-no humilhado, trucidado física e moralmente.

E isto, senhor presidente, acontece todos os dias, praticamente em todas as delegacias onde haja oportunidade, para que o ser humano seja reduzido à condição de lixo.

E é nesta nova polícia que vem aí, nestes novos métodos, que a tortura não pode ficar sem punição. Quem tortura deveria ser preso, deveria ser eliminado das instituições que estão aí para defender os direitos humanos de todos nós.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário destinado às Lideranças.

No Horário destinado ao PMDB, concedemos a palavra ao deputado Nereu Moura.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente e senhores deputados, até pode parecer chatice usar da palavra, mas sei que a semana que vem é uma semana que deve ser reservada, imagino, para que as CPI's comecem a fazer seus trabalhos. Então nós temos que colocar nossa posição aos últimos fatos ocorridos, em relação à segurança pública do Paraná.

Todos sabem, conhecem e têm vivo na memória aquilo que ocorreu aqui na Assembléia Legislativa do Paraná, as denúncias que foram formuladas em relação ao envolvimento de autoridades do governo do Paraná com o crime organizado, chegando ao ponto de que o delegado geral da Polícia Civil se escondeu da polícia da qual ele era o chefe, e escondeu-se também de uma prisão que havia contra ele.

Todos ficamos aqui a nos preocupar e a nos indagar sobre a veracidade das denúncias existentes contra o delegado geral João Ricardo Kepes de Noronha.

O governador Jaime Lerner, após um período de estudos e análises, tomou algumas atitudes que no nosso entendimento foram corretas com o afastamento do delegado, com exoneração do secretário de Segurança Pública que também pairam dúvidas em relação ao seu comportamento diante da Secretaria de Segurança Pública.

Agora, passou-se um mês e meio aproximadamente e eis que o delegado geral aparece. Nós, senhor presidente, ficamos na verdade mais preocupados ainda, porque de duas uma, ou a Polícia do Paraná agiu com conivência em relação ao ex-delegado geral, João Ricardo Kepes de Noronha ou ela é inteiramente incompetente, porque o delegado Noronha se deu ao luxo de dar declarações à imprensa brasileira, aos jornais do Brasil, desferindo farpas contra este ou aquele, formulando raciocínios de que ele estaria aqui em Curitiba, instalado - belo e formoso - na sua própria residência.

Quer dizer, a Polícia do Paraná que é tão frágil, tão esperta, tão forte para inibir protestos de trabalhadores, dos funcionários públicos, dos caminhoneiros demonstra-se incapaz, desqualificada para cumprir uma prisão contra uma autoridade do nosso Estado do Paraná. De repente aparece o delegado Ricardo Noronha logo após a Justiça ter cancelado a prisão provisória, mas isto minutos após, como se num passe de mágica, aparece o delegado ciceronado por uma bela equipe que lhe aplaudiu e que comemorou - segundo relatos da imprensa - com bolos, champanhe e fogos.

E o delegado traz um conteúdo de informações e respostas aos crimes nos quais ele estava sendo denunciado, dando conta de que ele, Noronha, trata-se do homem mais santo do Paraná, que tudo que foi dito aqui na Assembléia Legislativa, todas as denúncias formuladas contra ele são infâmias, mentiras, calúnias e obras de seus adversários na polícia. Trata-se de um homem sem nenhuma mácula, homem santo que jamais praticou qualquer ato que denegrisse a sua conduta como profissional da Segurança Pública do Estado do Paraná.

Por isso queremos deixar clara aqui a nossa posição: a Polícia do Paraná demonstrou claramente dois tipos de conduta: ou ela é incompetente, não tem condições de cumprir ordens judiciais ou ela estava conivente com uma pessoa fartamente denunciada, profundamente denunciada por atos praticados em relação ao crime organizado do nosso Estado do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Permite um aparte, Deputado?

Deputado Nereu Moura, acredito que Vossa Excelência tem todo o direito de discordar das ações da polícia, e fui um combatente nos momentos em que apareceram todas estas denúncias na questão da Polícia Civil, mas acredito que Vossa Excelência está fazendo um pré-julgamento de uma instituição que é a Polícia Civil, a Polícia Militar e quero dizer mais: a prisão do delegado Noronha poderia ter sido feita pela Polícia Federal.

Então, pelo que estou sentindo, Vossa Excelência está dizendo que não temos ninguém na Polícia Civil, nem na Militar, nem na Federal, que foram irresponsáveis, por não terem prendido o Noronha. É isso que estou entendendo. E como estou entendendo isso, quero dizer que discordo. Vossa Excelência sabe muito bem que hoje, um cidadão com meia hora de vôo ele se ausenta do País. Não quero dizer que ele estava na casa dele, ou na casa da sogra dele, ou da mãe dele, trabalhar sobre hipótese com alguém que está foragido da polícia é uma especulação que não traz, não acrescenta nada.

Agora, quando Vossa Excelência quer atribuir às instituições de não terem prendido o Noronha, Vossa Excelência está atingindo de forma grave a Polícia Civil, os policiais sérios que deve ter, acredito que deva ter, são 1, 2, 3, 10 ou 15%, deve ter policiais corretos, honestos e sérios. Na Polícia Militar eu também quero crer que deve

ter dentro dessa instituição, policiais sérios. E a Polícia Federal do Paraná, não conheço nenhum elemento da Polícia Federal, mas quero crer que na Polícia Federal também existem pessoas que são sérias.

Então, quando Vossa Excelência faz essa acusação generalizando, querendo - não sei se consigo entender o seu pronunciamento, sinceramente onde Vossa Excelência está querendo chegar, só falta o seu pronunciamento agora dizer que é culpa das instituições que a decisão da Justiça foi de revogar a sua prisão, só falta atribuímos isso às instituições, que têm a obrigação de dar segurança ao povo paranaense, porque a decisão não foi de ninguém, foi da justiça, de revogar a sua prisão. Isso é importante que deixe claro, porque daqui a pouco vão começar a dizer que foi o governador do Paraná que determinou a revogação da sua prisão.

Espero que Vossa Excelência entenda o meu aparte de pensar totalmente diferente de Vossa Excelência, tenho Vossa Excelência como um grande líder, com vasta experiência, com competência e com muito aguerrimento esta exercendo a liderança do PMDB, mas me permita discordar de Vossa Excelência.

O SR. NEREU MOURA

Perfeito, deputado Valdir Rossoni. Contra fatos não há argumentos, de duas uma, volto a repetir, de duas uma, ora, não estou atirando ao léu, para todos os lados, ficam claros os fatos. Ora, o delegado Noronha com a prisão preventiva decretada, dava entrevista à imprensa, para o Brasil, sem que a polícia o localizasse; e assim que foi revogada a sua prisão preventiva ele apareceu, como num passe de mágica. Isso demonstra a ineficácia da nossa Polícia, não estou generalizando a Polícia, mas aquela que estava com a responsabilidade da captura do delegado, aquele departamento que tinha sob a sua responsabilidade a captura do delegado Noronha, que era o chefe da Polícia, designado pelo governador Jaime Lerner.

Então, senhor presidente, na verdade estou com o meu tempo esgotado, o assunto é palpitante.

Quero deixar aqui claro que não podemos permitir que o delegado Noronha venha querer se passar de santo, de imaculado. As entrevistas que ele tem concedido pelo Paraná inteiro dão claras evidências de que nada pesa contra ele.

É por isso que a CPI do Narcotráfico, as investigações do PIC, da Procuradoria de Investigações Criminais, todas precisam levantar detalhadamente todas as denúncias que envolvem o delegado Noronha, porque se, no final de todas essas investigações, o delegado Noronha efetivamente escapar ileso, aí teremos que vir aqui e dizer de fato foi feita uma armação contra essa autoridade policial do Estado do Paraná. Enquanto o contrário não for estabelecido ficam claras as denúncias evidenciadas contra o delegado Noronha tanto é verdade que ele fugiu da polícia e não compareceu para depor na CPI. Quem não deve, não teme e se o delegado temeu é porque

devia - para nós fica claro isso. Não vamos mudar a nossa opinião.

O Sr. Algaci Tulio

Vossa Excelência me concede um aparte?

A princípio estou achando um pouco de infantilidade da sua parte culpar o governo do Estado pela não prisão do delegado Noronha.

O seu discurso caberia lá na Justiça e no Ministério Público.

O SR. NEREU MOURA

Não posso aceitar que Vossa Excelência me ofenda dessa forma.

O Sr. Algaci Tulio

Não estou ofendendo. Estou dizendo que entendo que é infantilidade sua querer jogar a culpa da não prisão do Noronha ao governador do Estado. Ora, um cidadão que está sendo cassado tem o direito de foragir. Ele tem o direito de fuga, são artifícios que ele arruma. Querer culpar que a polícia não prendeu e no dia seguinte revogada a preventiva ele apareceu dando entrevista à imprensa esse é um direito que ele tem, de se esconder, de ficar foragido. Agora Vossa Excelência vem dizer que se lá no final, não der nada, foi feita uma armação quer dizer que o governo do Estado tem o poder de influir no Ministério Público, na Polícia Federal, na CPI Nacional do Narcotráfico, de influenciar na Justiça. Não é por aí, deputado. Acho que o direito de fuga cabe àquele que está sendo perseguido. Não pode Vossa Excelência fazer um discurso e querer acusar o governo do estado de estar protegendo o delegado Noronha.

O SR. NEREU MOURA

Concedi-lhe um aparte e Vossa Excelência foi deselegante comigo. Acho que tenho o direito de falar aqui a minha opinião e não vai ser vossa Excelência que vai tutelar as minhas palavras. Se quiser ensinar, vá ensinar a sua família e não a mim. Tenho o direito de colocar a minha opinião livremente.

(Tumulto no Plenário)

(Vozes paralelas)

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Solicito a Vossa Excelência que conclua. A palavra está com Vossa Excelência. Conclua, por gentileza, o seu pronunciamento.

O SR. NEREU MOURA

O deputado Algaci Tulio já tentou aqui colocar esparadrapo na boca da Oposição, quando fez uma representação por falta de decoro parlamentar, por aquilo que estávamos denunciando aqui na Assembléia. Não venha ele querer agora nortear a nossa posição. Absolutamente iremos aceitar. Ora, não sou um deputado de recado. Temos o direito de achar e expressar livremente aqui.

Achamos que enquanto esse caso não for amplamente esclarecido, muita dúvida vai ficar em relação a ele. Iremos bater até que fique esclarecido claramente, ponto por ponto.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

PSB; PFL; PT. Com a palavra, o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhores deputados. Inicialmente, fazendo um preâmbulo da minha fala e para colaborar com as palavras do deputado Nereu Moura, líder do PMDB, no sentido de que em uma fala, que também tive aqui na Assembléia, o governo em momento nenhum se manifestou contunde ou suficientemente preocupado em prender o Noronha. Não tem uma nota pública, não tem uma nota oficial escrita e não tem um pronunciamento nesta Casa. Fique bem claro isso.

Em segundo, senhor presidente, o que me traz a tribuna é identificar, primeiro, a Oposição participa apenas daquela CPI que sempre quis a trabalhou como prioridade, que é a CPI do crime organizado. E nós continuamos a perseguir a CPI que o povo do Paraná, neste momento quer, que é pelo menos fazer e trazer um pouco de transparência para este governo Jaime Lerner, que é a CPI do Pedágio. Para identificar o que houve com o pedágio do Paraná, o pedágio mais caro do Brasil, tem menos serviços à população, menos serviços aos caminhoneiros, e também para identificar o abuso aos direitos individuais, que houve por parte da Polícia, na greve dos caminhoneiros, ou, nem greve, uma parada, porque os caminhoneiros não têm nem o direito de ficar na estrada porque têm que pagar pedágio e não têm direito de ficar nos postos porque a Polícia de Choque dá cacete.

Portanto, senhor presidente, pelo que percebi ontem, que a instalação da CPI, evidentemente a CPI do Narcotráfico, está tendo um bom debate, está tendo um encaminhamento, que até o momento me parece razoável, pelo menos é a posição da Oposição. Duas CPI's, a dos supermercados que envolve grandes empresas e a dos combustíveis, que também envolve grandes empresas, também foram rapidamente instaladas. Tem duas CPI's, a dos medicamentos e a do roubo de carga. A do roubo de carga, nós, na ocasião que denunciemos e fizemos a demonstração aqui, simbólica, das laranjas, que ela era uma das, e ela é a que tem mais suco porque está absorvida pela CPI do Crime organizado. Crime Organizado, vai entrar roubo de carga, vai entrar desmanche, vai entrar desvio de dinheiro, esquema de casas de câmbio e também cocaína, crack, que já se falou bastante.

Então a Oposição reivindica, publicamente, ao Paraná, à Mesa Executiva da Assembléia, aos deputados da Situação, não instalada a Comissão de Medicamentos e acredito que será pra valer que as investigações prossigam, que as CPI's sejam de fato baseadas em nortea-

mentos práticos, a CPI do Roubo de Cargas não seja instalada. Não sendo instalada a Oposição coloca na fila, publicamente, a CPI do Pedágio! Está na fila, queremos tornar público isso, não sendo instalada uma das CPI's, ou mesmo sendo instalada mas perdendo o objetivo que a CPI do Roubo de Carga perderá, obviamente, o objetivo, se for instalada, nós estamos com a CPI do Pedágio.

Já protocolamos o projeto de resolução, que tramita nesta Casa, portanto colaborando um pouco com a ansiedade do deputado Takayama, gostaríamos que tivesse os prazos regimentais para a resolução que criaria esta CPI que é do pedágio, por resolução. Ou não tendo as 5 CPI's instaladas seria quinta a do pedágio, que está na fila.

Pediria que a Bancada do PPB, a bancada que usou já horários gratuitos há, pelo menos 2 anos atrás, para ser absolutamente contundente contra o pedágio no Paraná. Há poucos dias estive aqui o deputado federal Janene e em entrevista à imprensa e falando pessoalmente a mim, demonstrou também vontade de que a CPI do Pedágio fosse assinada pelos parlamentares que representam o PPB, nesta Casa.

Por isso faço um apelo ao líder do PPB, deputado Tony Garcia, na eventualidade de nós podermos instalar ou a quinta CPI, se uma delas não tiver instalação, através de requerimento, ou a sexta CPI que está tramitando em projeto de resolução, aqui nesta Casa, que o PPB votasse conosco porque faltam apenas 2 assinaturas, já está apostada a assinatura do deputado Pastor Edson Praczyk e do deputado Moysés Leônidas, além do Bloco de Oposição, para que instalássemos, nesta Assembléia, a CPI do Pedágio, CPI em homenagem ao povo do Paraná, em homenagem às empresas transportadoras de Foz do Iguaçu, de Cascavel, de Campo Mourão, os caminhoneiros autônomos, empobrecidos, que até agora não saíram às estradas porque não negociaram novos fretes, não negociaram novos negócios, porque os patamares, as planilha de custo se modificaram, em homenagem ao povo do Paraná, que sem o seu automóvel, àqueles que usam ônibus, que aqui foi falado. O deputado Nereu Moura, inclusive, apresentou um projeto, outros deputados apresentaram projetos, para que os transportes coletivos não pagassem pedágio.

Os usuários de ônibus são os mais pobres, obviamente andam de ônibus porque não têm carro. O ônibus convencional paga 3, 4 reais para vir de Foz do Iguaçu a Curitiba, em pedágio. Sou um dos que paga esse valor em pedágio, porque venho de ônibus e volto toda a semana.

Em homenagem ao povo do Paraná que usa ônibus, vamos instalar a CPI do Pedágio para esclarecer tudo, os contratos, as planilhas apresentadas pelas empresas concessionárias. Essa questão que as concessionárias estão ganhando rios de dinheiro com placas, out-door. O deputado Divanir Braz Palma sabe muito bem, ele contesta essa cláusula contratual. Portanto, estamos solicitando, deputado Divanir, que assine conosco a CPI do Pedágio para esclarecer inclusive essa questão das placas,

que serão monopólio por parte das empresas concessionárias, gasodutos, que também serão cobrados pela passagem, rede elétrica, rede telefônica, fibra óptica. É um rio de dinheiro canalizado para as empresas concessionárias.

Tem um fato novo, ontem a Rede Globo de Televisão mostrou, e a Bandeirantes também, que a CBPO participou de um esquema violento de corrupção na Prefeitura de São Paulo e, essa mesma CBPO faz parte das concessionárias dos pedágios aqui do Paraná. A CPI é urgente e necessária, sob pena de sermos engolidos pela demanda nacional, pela pressão que não virá obviamente só da Bancada de Oposição do Estado do Paraná e, sim da opinião pública nacional que vão agora investigar aonde CBPO tem negócios e se esses negócios são limpos, coerentes e transparentes.

Então queremos aqui manifestar a vontade da Oposição, não instalar uma das CPI's. Acredito que a CPI de Roubo de Cargas, não tem objeto, não deverá ser instalada. Estamos aí com o nosso requerimento na fila, para a instalação da CPI do Pedágio.

Com o aparte o deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi

Agradeço o aparte e algumas vezes tive a oportunidade de manifestar a minha opinião com relação a esta questão da CPI do Pedágio.

É claro, num manifesto colocado pela Oposição diz lá: CPI já pela anulação dos contratos.

Escutei o pronunciamento atentamente do deputado Caíto Quintana e de vários outros deputados, do deputado Péricles que coloca que em todas as instâncias, em todo o embate jurídico que houver as concessionárias ganharão na Justiça, por força do contrato que têm.

Ora, apenas essa discordância que crio, e a população do Paraná hoje, espera da CPI do Pedágio a resolução do problema. Ou seja que isso venha a baixar o preço.

Eu particularmente consultei a assessoria jurídica e nada tem a ver com a Assembléia, com o governo do Estado e, todas as informações jurídicas que nós temos são claras: "o contrato é público, todas as pessoas tiveram acesso ao contrato, o que está escrito no contrato não precisa levantar na CPI e, que mesmo havendo qualquer tipo de irregularidade, a CPI poderia encaminhar isso ao Ministério Público, que poderia então fornecer denúncia a justiça para que pudesse então questionar o contrato.

Ora se estão as entidades, a OCEPAR, a FAEP, a Oposição, questionam o contrato na Justiça e não ganha, por força obviamente, da argumentação jurídica que tem as concessionárias, nós não podemos levar à população do Paraná, sob pena de estarmos cometendo um equívoco e cair sob a nossa responsabilidade depois, se houvesse a CPI do pedágio, depois de 4 meses a população diz: "Espere aí, vocês falaram que era a solução do problema".

Então para esclarecer tem lá o contrato, está escrito no contrato quanto custaram as praças de pedágio, orçado

pelas empresas, está colocado que é legítimo da Oposição pregar a CPI, acho que é um caminho para se esclarecer as coisas, não há problema nenhum. Agora, para que fique claro à população, no meu entendimento, a CPI não tem o poder de baixar o preço do pedágio, não tem o poder de por si só anular o contrato, não tem o poder, absolutamente, de colocar aquilo que pensa a população hoje.

A população está crente através de trabalho que foi feito mais de um ano já por parte da Oposição, de que a CPI poderia ser a solução.

Os ônus de ônibus que Vossa Excelência fala, o sujeito que sai de ônibus de Foz do Iguaçu, de qualquer lugar do Estado está pensando que a CPI pode obviamente isentá-lo, e Vossa Excelência sabe que não é esse o caminho. A CPI tem uma outra finalidade.

Então, quero apenas colocar desta forma porque senão nós podemos em curto espaço de tempo, não vou dizer em grande espaço de tempo, tenho dito aqui aos nossos companheiros da base do Governo que a CPI do Pedágio na minha opinião é uma questão de tempo, essa CPI pode até ser instalada nesta Casa, mas vamos cair nesta contradição de que a Assembléia que falo como instituição, pregou a todo tempo de que a CPI seria uma solução e que vai acabar não sendo uma solução para aquilo que a população do Paraná espera.

Agradeço o aparte que Vossa Excelência me concede e apenas coloco esta opinião que já tinha colocado por algumas vezes.

Muito obrigado.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, eu apenas quero fazer a contraposição do deputado Augustinho Zucchi e estou encerrando o meu pronunciamento.

Vossa Excelência tem toda a razão, completamente cheio de razão, porque parte da premissa do contrato, acontece que nós da Bancada da Oposição partimos da premissa anterior ao contrato, são as bases para fundamentar o contrato, compreende? E aí, quando entramos com uma ação na justiça, você elenca dados, mas a justiça faz a investigação sem depoimentos, sem inquirir as pessoas, sem trazer sob vara, análises do material apresentado. Uma CPI tem a capacidade de chamar, por exemplo, o proprietário, as empresas que participaram do consórcio.

O Sr. Augustinho Zucchi

Perfeitamente, deputado Colombo, eu entendo Vossa Excelência só que chamando o proprietário, vai dizer: olha a proposta que colocamos está clara, está no contrato, está publicado, está à disposição de todas as pessoas.

O SR. IRINEU COLOMBO

E aí, deputado, espere concluir o meu raciocínio, chamar essas pessoas, fazer o contraditório, ser contundente: é evidente que a Justiça tem a capacidade de inves-

tigação, mas uma CPI pode receber denúncia, tornar público todos os fatos com absoluta transparência, o que não acontece no processo judicial. O que temos apontado com nossos estudos é que as planilhas foram apresentadas pelas empresas e não houve contestação das planilhas e sim do governo do Estado.

Aí temos também o processo de aliciamento da licitação. A licitação pode ser questionada, não talvez completamente uma questão legal que pode ser também, como estamos questionando, mas do ponto de vista moral, e é isto que a CPI tem capacidade de fazê-lo. Se as premissas contratuais estão viciadas tanto pela concorrência, como pelo superfaturamento das planilhas, pode ser anulado o contrato, sim. Apontamos esse caminho, não dizemos que esse caminho absolutamente eficiente, será contundente e vai efetivamente anular os contratos. Agora, o caminho apontado pela Oposição é pela anulação do contrato.

Se há vícios de origem, se há superfaturamento, vícios de concorrência, há superfaturamento nas planilhas, queremos que o governo do Estado repactue com as concessionárias, reavalie os valores como foi feito no Rio Grande do Sul. Pode vir a baixar o preço do pedágio, sim, senhor.

Além disso, vamos discutir nesta Casa com a instalação da CPI estas obras que o governo acordou, que foi claramente tornado público, as obras que o governo retirou dos procedimentos contratuais para poder aceitar inclusive esta forma de abatimento de 76% para os caminhoneiros.

Além disso, o governo do Estado trabalhou com uma coisa muito clara e que para nós é o principal: a expectativa. O governo do Estado mandou emissários para todo o Paraná para fazer discurso de que a cada quilômetros teríamos telefone, ambulância, fraldário, banheiros, pistas duplicadas, apresentou maquetes, criou expectativas, mobilizou a opinião pública para apoiar o pedágio. E, em seguida, nas vésperas das eleições baixou, por decreto, o valor do pedágio. Foi um verdadeiro estelionato eleitoral!

Isto não pode ser questão debatida em juízo, tem que ser trazida à luz, através da CPI. É uma questão eminentemente política criar uma expectativa de solução para as estradas do Paraná e depois não apresentar as soluções, somente o custo. Não é eminentemente política a pretensão do Estado do Paraná de propor o anel de integração, trabalhar a expectativa, propor duplicação e embutir no preço e cobrar do povo do Paraná sem oferecer os serviços?

Isto é demanda política e justiça nenhuma vai discutir isso. Este engodo só pode ser investigado por uma CPI. Portanto, CPI tem o caráter político e jurídico da investigação. Obviamente, juridicamente, estamos fazendo nossa parte com os processos que interpelamos na justiça.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A Mesa esclarece ao nobre deputado que a possibilidade de uma nova CPI, além das cinco, em que pese duas não terem sido instaladas elas serão instaladas imediatamente. A Mesa cumpre o Regimento Interno a partir do momento que receba o número de pedidos com as assinaturas pertinentes, instala-as imediatamente. Instalamos três ontem e instalaremos hoje as outras duas.

Portanto, haverá possibilidade de uma nova CPI apenas quando estas forem concluídas ou através de um projeto de resolução.

E, como presidente desta Casa, tenho dito e reiterado inúmeras vezes que esta presidência ficará extremamente frustrada se as 5 CPI's não apresentarem o resultado que a sociedade espera e que nos propusemos. Vou envidar todos os esforços para que isto efetivamente não aconteça. Temos o dever de dar a resposta e fazermos nosso dever de casa.

Com a palavra a Liderança do PTB, deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor presidente, senhores deputados.

A Oposição aguerrida desta Casa volta a insistir na questão da CPI do Pedágio e parece-me que não consigo me fazer ouvir! Quero deixar clara a posição da Bancada do Governo, mas antes darei um aparte ao deputado Durval Amaral já que o deputado Colombo não pôde concedê-lo.

O Sr. Durval Amaral

Muito obrigado.

Gostaria de dizer aos nobres Pares que nada mais transparente do que um processo judicial para que qualquer dúvida possa ser esclarecida.

Aliás, é basilar num processo judicial o contraditório. Sem o contraditório torna-se impossível a qualquer juiz proferir uma sentença. Então, quer me parecer que o nobre deputado Colombo elaborou em equívoco o seu raciocínio, quando afirmou que no processo judiciário não haveria a oportunidade de inquirição de testemunhas, do contraditório e de uma solução satisfatória.

Entendo por bem, claro, inequivocamente, que a CPI é um instrumento político de discussão e que este instrumento é conveniente às Oposições, no que se refere ao pedágio, neste momento, esta luta concordamos e não discutimos.

Há também um vício de origem muito grande, nobre presidente e nobre líder da Bancada Governista, porque o edital de licitação pública obriga as partes, não só o Estado, que oferece o que vai ser licitado, no caso as estradas licitadas, e obriga o vencedor da licitação. Na modalidade da licitação feita no Paraná, não se licitou o posto de pedágio. Não se licitou o valor unitário desta ou daquela obra. O que o Estado do Paraná, ofereceu em licitação são suas rodovias, as rodovias que eram federais, e possibilitou para que a iniciativa privada oferecesse o

menor preço e a maior quantidade de obras. Então, licitou-se qual o custo do quilômetro para que as empresas oferecessem. Então, isto é o que foi licitado: quanto a concessionária do serviço vai cobrar, por quilômetro, por eixo, pouco importando o valor que a planilha de custos das empresas têm! Isto não foi objeto de licitação. Isto não foi o instrumento de licitação.

Então, existe um vício de origem no próprio raciocínio das Oposições. Isto não foi instrumento do processo licitatório. O que se licitou foi: quanto de obra vocês vão fazer e qual o custo que cobrarão por quilômetro, por eixo, nas rodovias do Estado do Paraná.

Isto é inquestionável. E a licitação e o contrato faz lei entre as partes.

Quer me parecer, e aí o deputado Augustinho Zuchi tem toda razão, que não há CPI no mundo ou no Estado do Paraná que possa reduzir o preço do pedágio. E aí, sim, a sociedade está sendo induzida a erro pelas Oposições, pensando que num condão mágico poderia instalar a CPI, baixar os preços das tarifas de pedágio no Estado do Paraná. Que aliás, foram majoradas por uma decisão da Justiça e reduzida a decisão judicial por um acordo entre o governo do Estado do Paraná e as concessionárias do serviço!

Muito obrigado pelo aparte.

O SR. VALDIR ROSSONI

Agradeço a participação do deputado Durval Amaral e acrescentando que é importante, se o preço do pedágio do Paraná estivesse fora da média nacional, até poderia ser questionado. Diga-se de passagem, o preço dos caminhões, a cada 100 Km, hoje, no Paraná, é cobrado 3,26. Em outros Estados passa de quatro. E os veículos estão na média nacional.

Estão lá as rodovias do Rio Grande do Sul, pedagiadas pelo PMDB e que continuam sendo cobradas pelo governo do PT. Não é diferente do Estado do Paraná.

Diga-se de passagem, todos sabíamos que a situação das rodovias brasileiras não estavam sendo conservadas, não tinham mais condições de tráfego e precisavam e havia necessidade de serem concessionadas. Senão, hoje, não poderíamos, jamais, estar escoando nossa safra.

Agora, o que não consigo entender da Oposição, e vou me tornar cansativo, repetitivo, quantas vezes forem necessárias: se eles pré-julgam uma irregularidade na questão do pedágio do Paraná, e vou repetir, novamente, aqui, talvez pudesse ter até a colaboração da imprensa neste pedido que faço e imploro à Oposição, há mais de um ano e meio venho a esta tribuna e digo o seguinte: se Vossas Excelências desejam a constituição de uma CPI para investigar fatos ou possíveis irregularidades no pedágio, encontra-se à disposição dos senhores parlamentares, na Secretaria dos Transportes, toda a documentação quanto a concessão das rodovias.

Quero dizer aqui aos nobres parlamentares e à imprensa que é importante para o debate e para a dis-

cussão das questões que interessam ao Paraná - sabem quantas vezes compareceu um parlamentar da Oposição para, pelo menos dar uma olhada na documentação na secretaria dos Transportes? Uma vez, por alguns minutos. Compareceram lá os deputados Péricles Mello e doutor Rosinha, deram uma olhadinha naquela vasta documentação e de lá foram embora e nunca mais voltaram. Como é que alguém pode vir aqui propor uma CPI se nós estamos colocando o armamento à sua disposição? Busque os argumentos e aí venha aqui e prove para esta Casa que há necessidade de uma CPI. E eu não consigo, há um ano e meio, não consigo me fazer entender ou talvez não querem entender e aí está mais uma prova de que na verdade eles não querem fazer investigações.

A CPI dá um bom discurso, é muito fácil fazer aqui a defesa da não cobrança do pedágio, é um discurso fácil. Se eu for percorrer uma região onde tem o pedágio, é claro que é mais difícil fazer a defesa de não ser cobrado o pedágio. É fácil. Qualquer parlamentar faz esta defesa. Agora o mais importante é saber fazer a defesa ou por que é que foi instalado o pedágio no Paraná e todos sabem. Está numa proposta de governo de industrialização deste Estado, de desenvolvimento como um todo, é uma questão de estratégia de governo.

E eu, esses dias, depois que passamos por vinte dias num longo debate nesta Casa com laranjas, com bolos e outras coisas que aconteceram aqui, eu me perguntava em casa, presidente Nelson Justus, o que seria do Paraná se o governador Jaime Lerner tivesse ouvido as Oposições. Se o governador Jaime Lerner tivesse ouvido as Oposições nós não teríamos feito a mudança neste Estado, não teríamos industrializado. Vossa Excelência, quando secretário de Indústria e Comércio um dos grandes responsáveis pela industrialização deste Estado, se tivesse ouvido a Oposição, não teríamos industrializado este Estado.

E ontem eu tive o orgulho e satisfação de ir fazer uma visita à Feira de Automóveis aqui em Curitiba e São José dos Pinhais...

(Término do tempo...)

(O Orador pede o Horário da Liderança)

... e tive a satisfação de ao chegar à feira, os representantes lá da Volkswagen, sabendo que eu era líder do Governo, me chamaram para tirar fotografias ao lado do Golf fabricado no Paraná. Ali eu vi o quanto foi importante nós não ouvirmos as vozes catastróficas de que o projeto de governo nosso estava errado. Ali eu vi o resultado, quando conversava com vendedores que orgulhosamente se diziam paranaenses e logo ao lado estava a Chrysler, enfim, a gente via os componentes que estão sendo fabricados no Paraná, porque não é só automóvel que é fabricação no Paraná. São várias questões. Então a mudança que houve neste Estado só aconteceu porque tinha um governador que não ouviu as Oposições. E diga-se de passagem, as oposições que governam esse Estado, parte das Oposições que governaram esse Estado e que

tiveram os seus projetos de governo, mas a história vai ser testemunha de quem fez mais por esse Estado.

O Sr. Cezar Silvestri

Vossa Excelência me concede um aparte?

Deputado Valdir Rossoni, sinto e lamento que essa sessão seja numa quinta-feira, onde nós estamos com baixo número de deputados na Casa e também onde não há uma participação mais intensa da imprensa por nós estarmos no período da manhã fazendo os nossos debates, até porque os debates que aqui ocorreram foram profundamente esclarecedores em alguns setores. A intervenção que o deputado Augustinho Zucchi fazia com relação à questão da CPI do Pedágio, a própria intervenção do deputado Durval Amaral colocando claramente de que a questão única e exclusivamente que hoje se discute é uma questão de interpretação, que acredito até que o governo tem falhado nessa explicação à opinião pública porque o que se discute não é o preço da tarifa, e acho até que a Assembléia tem assumido um ônus para si que não lhe cabe. Por exemplo, quando a Oposição fala, e muitas pessoas têm nos cobrado, as nossas bases, dizendo que demos um cheque em branco ao governo do Estado para que fizesse, desse autonomia para que fizesse a planilha da forma que quisesse junto às concessionárias. Primeiro que isso não verdade, não foi a Assembléia que deu cheque em branco. Se alguém deve ser cobrado com relação a cheque em branco foi o Congresso Nacional, porque essas rodovias, é bom que nunca se esqueça, são rodovias federais, quem autorizou o governo do Estado a conceder à iniciativa privada foi o Congresso Nacional, com votação inclusive dos nossos senadores paranaenses. Também com relação a questão do valor da planilha, foi feito uma concorrência, uma licitação, que se dizia: “A empresa que oferecer o melhor preço, ou o menor, ou o maior trecho de conservação ganhará esse trecho para ser pedagiado.” Isso é uma concorrência pública, todas as empresas poderiam se habilitar. Se a Oposição estivesse questionando a forma da licitação até nós poderíamos concordar com a Oposição. Agora, querer questionar a questão da planilha que ela está muito alta, muito baixa, não cabe a nós. Agora, o grande problema, é isso que me preocupa deputado Valdir Rossoni, é que da forma como está sendo conduzida o ônus hoje está ficando para a Assembléia Legislativa. Vamos retornar a questão de quinze dias atrás, a Oposição falava com relação a CPI do Narcotráfico. Eu sempre defendia e continuo defendendo que o importante não são as siglas, não podemos criar uma expectativa na população que se criarmos a CPI do Narcotráfico o crime vai acabar no Paraná. Acho que nós temos o dever de apurar os fatos, e fizemos isso através de uma comissão na Assembléia, onde apesar da bancada que dá apoio, sustentação ao governo, ter a grande maioria, concedemos a presidência a um deputado da Oposição. E hoje vejo alguns deputados, inclusive da Oposição, dizendo que nós tínhamos razão, que de repente era melhor ter continuado com a comissão da

forma como havia desempenhado o seu trabalho, de forma brilhante por sinal, e que de repente a CPI não vai levar as apurações da forma como a Oposição gostaria.

Então, vejo que a questão das CPI's passa a ser mais uma questão política do que uma questão investigativa. E isso nos preocupa porque a responsabilidade está ficando em cima dos deputados estaduais, e quando digo os deputados estaduais, o deputado Augustinho Zucchi falou muito bem, da instituição Assembléia Legislativa, criarmos uma expectativa que nós, apresentando uma CPI, vamos baixar a tarifa do pedágio, é no mínimo correremos o risco de nos desmoralizarmos perante a opinião pública.

Isso não vai ocorrer, sabemos disso; e o que é pior, a cada posto de pedágio que passamos, vemos lá um panfleto que diz: “Os deputados que votaram a favor, os que votam contra, os que não assinam, são os culpados das tarifas.” Acho que isso realmente é um erro que está sendo induzido à opinião pública infelizmente por parte da Oposição.

Também dizer, deputado Valdir Rossoni, que quando falamos que o governador não ouviu as Oposições, e muitas vezes até pelo seu jeito, conheço muito bem o jeito do governador Jaime Lerner, até porque pertencia ao seu Partido e praticamente comeci a minha vida pública no PDT, o Partido do governador Jaime Lerner e conheço a sua pessoa. Vossa Excelência deve lembrar, quando o governador assumiu o governo, nós, da Bancada de apoio ao governador Jaime Lerner, nos reunimos e falamos da questão do Banestado. E muitas pessoas, muitos deputados diziam que o governador deveria levar a opinião pública a real situação do Banestado. Vossa Excelência deve lembrar que o governador disse, que o povo do Paraná não quer retaliação do seu governante. O povo do Paraná quer retaliação do seu governante. O povo do Paraná quer realmente solução.

O Banco do Estado estava na época com redesconto, numa situação muito difícil. Alertávamos ao governo, se ele não levasse a opinião pública, mais tarde a oposição nos chamaria de incompetentes ou de relapsos ou dizendo que foi ele que quebrou com o Banco - como hoje está ocorrendo por parte de algumas pessoas, dizendo que o grande culpado de tudo o que aconteceu no Banestado, foi o próprio governador. O governador não tem espírito vingativo, não faz parte dele. Ele é um homem que sempre procurou ter uma visão muito grande. Um estadista que tem procurado fazer que as coisas acontecessem no Estado do Paraná. Por esta razão é que vemos muitas coisas acontecendo.

O mais importante, deputado Valdir Rossoni, é que nós, deputados estaduais, temos que nos preservar como instituição. Temos que ter a responsabilidade de não procurar tirar proveito político, fazendo acusações tanto para o lado da Oposição, quanto do lado da Situação, quando não temos o poder, nem o dever de mudar os fatos, que não correspondem a realidade dos nossos poderes, como deputados estaduais.

O SR. VALDIR ROSSONI

As concessões das rodovias foram feitas publicamente, divulgadas em jornais. E pergunto: por quê não foram buscar as irregularidades naquele momento e contestaram na Justiça, estavam aonde? Onde se encontravam? Estávamos aqui, neste Parlamento.

Para responder ao deputado Nereu Moura, senhor presidente, me permita dizer o seguinte: na questão Noronha, quero concordar com o deputado Algaci Tulio. Nós, a princípio, temos que acreditar nas instituições, senão vamos terminar com a democracia nesse País. Na acreditar na Polícia Civil, na sua parte boa; não acreditar na parte boa da Polícia Militar; na Polícia Federal; nas investigações que estão sendo feitas pelo Ministério Público; à decisão do Tribunal de Justiça - só falta agora sermos culpados da decisão do Tribunal de Justiça, de ter revogado a prisão do Noronha. Só falta isso, querer atribuir a Situação a esta questão. Isso tem que ficar claro.

Quero deixar claro aqui a posição da Bancada do Governo, senhor presidente, quanto a CPI do Pedágio, os documentos se encontram à disposição na Secretaria de Transportes. Enquanto o discurso deve permanecer na parte política, sem argumentos com números, não vai acontecer CPI do Pedágio. Essa é uma decisão nossa. O projeto de resolução não será acatado, porque vamos votar contra o projeto de resolução.

O Sr. Nereu Moura

Permite-me um aparte, Vossa Excelência?

O SR. VALDIR ROSSONI

Senhor Presidente, permite um aparte do deputado Nereu Moura ou eu concluo.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

O deputado Nereu Moura pode usar o Horário da Liderança das Oposições.

O SR. VALDIR ROSSONI

Concluo o meu pronunciamento deixando bem claro, nós, enquanto as Oposições não levarem a questão da CPI a sério, não vamos aprovar, de forma nenhuma, nem subscrever a CPI do Pedágio ou qualquer CPI que venha de forma política aqui para esta Casa. Porque os documentos estão à disposição. Na hora das concessões e que foi de forma pública e notória, não houve nenhuma denúncia para impugnar as concessões das rodovias do Estado do Paraná. Queremos deixar claro, para não nos tornemos repetitivos: não terá CPI do Pedágio aqui nesta Casa, enquanto não forem investigar e trazer aqui algo de concreto, porque faz mais de um ano e meio que eu imploro por isso.

Peço desculpas ao deputado Nereu Moura, por não conceder aparte a Vossa Excelência, por ter terminado o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedo a palavra ao deputado Nereu Moura no Horário da Liderança da Oposição.

O SR. NEREU MOURA

Senhor presidente, quero dizer o seguinte: desde o início quando se discutiu no Paraná a privatização das rodovias o PMDB se colocou contra este tema. Fizemos aqui na Assembléia e por todas as partes onde andamos a nossa posição, clara de denúncia contra a privatização das rodovias, no Paraná, desde o início, em nenhum momento mudamos a nossa posição.

Ora, temos as cópias dos contratos, não precisa ir na Secretaria dos Transportes, para tê-los, nós temos as planilhas de preços, não precisamos ir lá para tomar conhecimento delas, está nas nossas mãos! Possuímos estudos, onde fica claramente demonstrando o superfaturamento das obras! Então o que há de errado no processo de privatização, no nosso entendimento? Os documentos são perfeitos, são juridicamente perfeitos, não há o que discutir nos documentos! O que há para se discutir são os estudos, as atitudes, os atos preliminares que embaçaram a elaboração dos contratos. E aí é que está a grande jogada, há, no nosso entendimento, superfaturamento das obras, os itens que compõe a planilha de preços, no nosso entendimento, estão todos superfaturados. Temos levantamentos da Universidade de Ponta Grossa que demonstram isso, nós contratamos uma equipe da Universidade de Ponta Grossa que demonstram superfaturamento das obras.

O deputado Zucchi disse: A Oposição vai fazer buraco na água, vai chover no molhado. Então por que a situação não permite que faça, a CPI do Pedágio? Porque aí quem será desmoralizado será a Oposição. Nós, da Oposição seremos desmoralizados se, no final da investigação, nada for constatado de irregularidade na CPI do Pedágio. Mas nós vamos continuar insistindo, vai passar o nosso mandato aqui e nós não iremos desistir de montar a CPI do Pedágio, nem que seja chover no molhado. Iremos lutar todos os dias do nosso mandato. Porque se o governo fez tudo bonito, tudo correto, se não houve deslize, se não houve atitude nenhuma que pudesse comprometer os seus atos, então por que não fazer a CPI? Quem vai se desmoralizar com isso somos nós, da Oposição, porque nós estamos criando chifre em cabeça de cavalo!

Quero dizer ao eminente líder, Valdir Rossoni, que foi tão educado quando lhe concedi o aparte e por isso até lamento não ter o tempo permitido que eu lhe apartasse, porque iria lhe tratar com a mesma educação, quero dizer que temos os documentos nas mãos, não precisamos ir na Secretaria para lê-los, temos toda a documentação nas mãos mas as dúvidas pairam e persistem! E se o governo não deve não tem o que temer, vamos fazer a CPI, vamos estudar e lá no final se nós tivermos que dar um atestado de probidade, quem vai se desmoralizar somos nós. Nós da Oposição vamos ter que ficar calados quietinhos e

dizer: Olha, o governo tinha razão, nós estávamos errados, o pedágio está com preço barato, o povo do Paraná é que está errado e pode pagar o preço do pedágio e por aí afora.

Vamos montar a CPI que nós esclarecemos tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Passa-se

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, expediente subscrito pelo senhor deputado Sérgio Spada, na qualidade de Líder do PSDB, constante do expediente, indicando o nome da senhora deputada, para representar o partido junto aos trabalhos da CPI do Narcotráfico. **Inclua-se no expediente.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Antonio Carlos Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos a apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.:

ITEM 01

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 26/99, de autoria do deputado Orlando Pessuti, que estabelece plano de comprometimento da renda para contratos de financiamentos habitacionais pela Cohapar e Cohabs, e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário de nº 01 ao Projeto de Lei nº 026/99, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, devidamente aprovado, nos seguintes termos:

SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 PROJETO DE LEI Nº 026/99

O presente Substitutivo Geral ao Projeto de Lei 026/99 altera a redação dos artigos 1º, 2º e 3º, suprime do seu texto as disposições contidas nos artigos 4º e 5º e, acrescenta novas disposições conforme redação a seguir:

“Art. 1º - Para formalização de novos contratos habitacionais custeados exclusivamente com recursos estaduais, através da Cohapar e das Cohabs, fica o Poder Executivo autorizado a não comprometer mais de 20% (vinte por cento) da renda familiar do mutuário.

Parágrafo Único - Em se tratando de mutuários aposentados, o percentual despendido com encargos não

comprometerá mais de 20% (vinte por cento) dos proventos de inatividade.

Art. 2º - Para os efeitos desta lei, o encargo mensal não poderá ser inferior a 20% (vinte por cento) do salário mínimo, compreendidos neste percentual a parcela de amortização destinada ao resgate do financiamento concedido e os juros devidos, excluídos os valores correspondentes aos seguros estipulados em contrato.

Art. 3º - Expirando o prazo do financiamento e restando saldo devedor, este poderá ser refinanciado pelo agente financeiro, respeitadas as condições estipuladas nos artigos precedentes.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Sessões, em 13.04.2000

(a) VALDIR ROSSONI

Apoioamento:

Antonio Baratter, Luiz Accorsi, Edno Guimarães e Ricardo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que as providências propostas são de exclusiva competência do Poder Executivo, para serem executadas segundo critérios próprios da administração pública e conveniência e oportunidade, não poderia o Poder Legislativo, ao arrepio do princípio norteador do Estado de Direito - Separação e Harmonia entre os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário - estabelecer, mediante lei, providências de natureza estritamente administrativa.

A supressão da expressão final do artigo 3º, “revogando as disposições em contrário”, perdem-se a necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar nº 95/98.

O projeto retorna à CCJ.

ITEM 02

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 063/99, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Substitutivo Geral de Plenário de nº 01 de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, devidamente apoiado, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 063/99 SUBSTITUTIVO GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01

O presente substitutivo geral ao Projeto de Lei nº 063/99, altera redação do seu artigo 1º para incorporar-lhe a providência prevista no § 2º, conseqüentemente suprimindo-o, bem como também para suprimir o § 2º, o artigo 2º e a expressão final do artigo 3º, renumerando-o como artigo 2º, conforme redação a seguir:

SÚMULA:

Autoriza a instituição de mecanismos de incentivo para melhorar a arrecadação de ICMS.

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo, autorizado a instituir programas de incentivo visando a melhoria de arrecadação do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços e o combate à sonegação, através de prêmios e outros incentivos.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2000.

(a) HIDEKAZU TAKAYAMA

Apoiamento:

Antonio Baratter, Luiz Accorsi, Edno Guimarães, Valdir Rossoni.

JUSTIFICATIVA:

As alterações propostas são necessárias tendo em vista que a natureza autorizatória do projeto de lei, é incompatível com a determinação de providências de natureza administrativa ou com a fixação de prazo para implementar a medida que autoriza.

A supressão da expressão final do artigo 3º, “revogando-se as disposições em contrário” prende-se à necessidade de aprimorar a técnica legislativa segundo as normas gerais sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, ditadas pela Lei Complementar nº 95/98.

O projeto retorna à C.C.J..

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 142/99, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que altera a redação da Lei Complementar nº 81, de 17 de junho de 1998, que instituiu à região metropolitana de Londrina. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 007/2000, de autoria do deputado Cezar Silvestri, que dispõe sobre concessão de vale-transporte aos servidores e funcionários do quadro da Assembléia Legislativa. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO EXECUTIVA. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 05

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a obrigatoriedade do Estado do Paraná, prestar informações detalhadas a todas as pessoas residentes no território paranaense, em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, através das faturas de energia elétrica e água. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.F.. COM EMENDA DA C.C.J.. **(Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 134/99

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 134/99, de autoria do deputado Nereu Moura, dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná em prestar informações em relação à arrecadação de ICMS, FPM e IPVA, a todas as pessoas residentes no território paranaense, através das faturas de energia elétrica e água.

Não há impedimento constitucional ou legal para a tramitação da matéria, apesar das informações em destaque serem de domínio público, basta que o cidadão demonstre interesse em conhecer esses valores, pois os mesmos são inclusive publicados no Diário Oficial do Estado. Contudo, o projeto de lei contém imperfeições de técnica legislativa.

Na súmula consta que as informações devem ser detalhadas. No corpo do projeto, a informação que deve constar é o valor da arrecadação do ICMS, FPM e IPVA, mesmo porque o espaço exíguo de uma conta de energia elétrica ou de água não se prestaria a fornecer informações detalhadas sobre a arrecadação de recursos. Assim, anexamos um substitutivo no sentido de corrigir a técnica legislativa da proposição.

Isto posto, sob o ponto de vista da constitucionalidade e da legalidade do Projeto de Lei nº 134/99, somos de Parecer Favorável à tramitação da matéria, com o substitutivo apenso.

Sala das Comissões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 134/99

SÚMULA:

Dispõe sobre a obrigatoriedade do governo do Estado do Paraná informar valores da arrecadação do ICMS, IPVA e cotas do Fundo de Participação dos Municípios, através das faturas de energia elétrica e água.

Art. 1º - Fica o Governo do Estado do Paraná obrigado a informar, por municípios, através das faturas de energia elétrica e de água, o valor da arrecadação men-

sal do ICMS, IPVA e cota do Fundo de Participação dos Municípios.

Art. 2º - A Secretaria de Estado da Fazenda enviará, mensalmente, os valores da arrecadação, por município, do ICMS, IPVA e cota do Fundo de Participação dos Municípios, à Copel e a Sanepar, para que essas empresas façam constar a informação das faturas de energia elétrica e de água.

Art. 3º - O descumprimento do disposto nesta lei importará na punição da autoridade infratora por crime de responsabilidade, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Art. 4º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 5º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.
Sala das Sessões, em 20.04.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

Apoio:

Waldyr Pugliesi, Hermes Fonseca, Duílio Genari, Durval Amaral, Serafina Carrilho Nereu Moura, Marcos Isfer, Moysés Leônidas e Pastor Edson Praczyk.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 134/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em apreciação, de autoria do deputado Nereu Moura, tem por finalidade dar transparência aos recursos destinados aos municípios provenientes da arrecadação do ICMS, FPM e IPVA.

Tal finalidade será alcançada através de informativo impresso nas faturas dos consumidores de água e energia elétrica, a cada mês, constando os valores repassados por conta dos itens referidos de receita.

No que pertine à incidência de aumento de despesas públicas para a consecução do objetivo da proposição, certamente nada há que possa implicar nessa circunstância, razão pela qual, do ponto de vista da competência regimental desta comissão, a proposição reúne condições para ser apreciada e aprovada.

Desse modo, opino favoravelmente pela tramitação da matéria e, em especial, do substitutivo apresentando que dá ao projeto maior rigor técnico.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.04.99.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

Presidente e Relator

Sobre o referido projeto, requerimento nº 594 de autoria do senhor deputado Nereu Moura, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia, por cinco (05) sessões do Projeto de Lei nº 134/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 134/99, por cinco (05) sessões.

ITEM 06

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 144/99, de autoria do deputado Pastor Praczyk, que dispõe sobre transporte gratuito obrigatório de policiais fardados. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J.. E C.O.P.T.C.. COM EMENDA DA C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 20, de 05.04.2000.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 144/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Pastor Edson Praczyk, tem por finalidade dispor sobre o transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados.

Tendo em vista o contido na Parecer nº 018/99, do DSTC/DER, que em síntese, diz ser o Poder Executivo competente para gerenciar, administrar e fiscalizar o transporte rodoviário intermunicipal (Lei Complementar nº 76 de 21/12/95); o Decreto Estadual nº 5472 de 02/08/89. (Regulamento dos Serviços de Transportes de Passageiros do Estado do Paraná), veda o transporte de passageiros sem o porte do bilhete de passagem, salvo hipótese prevista em lei. Essa hipótese ocorre tão somente nos serviços de características metropolitanas, onde, por força do disposto no artigo 224 da Constituição Estadual estão isentos do pagamento de passagens tão somente pessoas com mais de 65 anos de idade e as pessoas portadoras de deficiência física, desde que comprovem carência de recursos financeiros; posterga ainda o contido no artigo 232 do Código Brasileiro e novamente o Decreto Estadual nº 5472, tendo em vista que ambos proíbem o transporte de passageiros em pé, ou seja, excesso de lotação.

Chamada esta Relatoria a se pronunciar sobre a legalidade, constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação por esta Casa de Leis.

Face ao exposto o Parecer é Favorável, na forma do substitutivo geral.

Sala das Comissões, em 19.10.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO GERAL PROJETO DE LEI Nº 164/99

EMENTA:

Dispõe sobre o transporte gratuito de policiais militares pelas empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipais.

Art. 1º - As empresas concessionárias de transporte coletivo intermunicipais fornecerão gratuitamente bilhete de passagem para policiais militares do Estado do Paraná, desde que fardados e em serviço.

Parágrafo Único - O transporte de que trata o “caput”, não poderá exceder a quatro assentos por veículo, não se permitindo o transporte em pé.

Art. 2º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei em 60 sessenta) dias.

Art. 3º - Esta lei, entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28.09.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TERRA E CARTOGRAFIA

PROJETO DE LEI Nº 144/99

P A R E C E R :

Relatório

Dispõe sobre transporte gratuito e obrigatório de policiais militares fardados.

Fundamentação

Esta Comissão ao analisar a matéria, observa a importância da mesma, por demonstrar a necessidade no que diz respeito a distância que os policiais tem que percorrer para solucionar seus problemas de locomoção para ir ao trabalho, deveras ser também um contra senso o policial cuja função é proteger a sociedade ficar pedindo caronas nas rodovias a própria sociedade para ir exercer sua função.

Deveria sim, ser imbuído de toda a ajuda pois seu trabalho não deixa de ser de grande relevância e mérito para a sociedade.

Conclusão

Em face do exposto, emitimos Parecer Favorável a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.12.99.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

MOYSÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 591, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente, solicitando o adiamento da votação do Projeto de Lei nº 144/99 por (02) duas sessões, constantes da Ordem do Dia da presente sessão. **Aprovado.** - Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 144/99, por (02) duas sessões.

ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 169/99, de autoria do deputado Carlos Simões, que descentraliza a expedição de cédulas de identidade civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. e C.S.P. COM EMENDA DA C.C.J. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 26, de 4.04.99).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 169/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Carlos Simões, tem por finalidade descentralizar a expedição de cédulas de identidade civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná.

Procedida a análise constitucional, legal e regimental da matéria, verificamos que o Instituto de Identificação do Paraná suporta atualmente uma demanda diária na área de identificação de cerca de 2.000 carteiras advindas das 20 Regionais de Identificação do interior do Estado, Região Metropolitana e também da Capital, totalizando 400 postos.

As razões que levam o Instituto de Identificação a centralizar a expedição de Carteiras de Identidade na Capital são: a necessidade de pesquisa datiloscópica, o arquivamento de documentos e imagens por microfilmagem e o processamento de dados através da Celepar.

O Instituto de Identificação já está desenvolvendo um sistema de expedição de carteiras com a entrada de dados on line e com a digitalização das imagens, o que diminuirá o prazo de entrega das carteiras sem prejuízo dos procedimentos legais necessários. O êxito do referido sistema permitirá a descentralização da expedição dos documentos, mantendo ainda centralizadas as informações, cujo “banco de dados” compartilha informações com outros sistemas administrativos do Estado.

Ainda, existe um projeto de descentralização de expedição de carteiras elaborado pelo Instituto de Identificação e Celepar, para atender as regiões de Londrina, Maringá, Ponta Grossa, Cascavel e Foz do Iguaçu, que atualmente encontra-se na Subdivisão de Processamento de Dados e Microfilmagem da Divisão de Telecomunicação da Polícia Civil.

Este projeto prevê, numa primeira fase, a implantação do sistema nessas regiões de maior demanda e, numa segunda fase, nas demais regiões do Estado, gradativamente.

Diante do acima exposto, verificamos que a proposta do nobre deputado Carlos Simões, vem de encontro às metas do Instituto de Identificação do Estado, pelo que somos de Parecer Favorável ao presente projeto de lei com Emenda Substitutiva Geral visando colocá-lo dentro das normas técnicas legislativas.

Sala das Comissões, em 11.05.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
AO PROJETO DE LEI Nº 169/99

SÚMULA:

Autoriza o Poder Executivo a descentralizar a expedição de Cédulas de Identidade Civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado.

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, a descentralizar do Instituto de Identificação, sediado na cidade de Curitiba, a expedição de Cédula de Identidade Civil para o interior do Estado, como nas cidades sedes das Subdivisões da Polícia Civil, em postos regionais, sob chefia do delegado de Polícia Titular, que expedirá o documento.

Art. 2º - Deverá funcionar um posto receptor de pedidos de Cédulas de Identidade Civil em cada município, cuja documentação pertinente deverá ser remetida semanalmente ao Posto de Subdivisão Policial para os devidos fins.

Art. 3º - Caberá ao Instituto de Identificação dotar os postos regionais e municipais de material humano e de expediente necessários ao funcionamento dos mesmos, bem como a fiscalização dos mesmos e a atualização de dados de todo o Estado relativos às cédulas pedidas e seus portadores.

Art. 4º - A expedição das cédulas de identidades civil nos postos regionais deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados a partir do recebimento de cada pedido, observadas as formalidades legais.

Art. 5º - Não haverá alteração quanto aos locais receptores de pedidos e de expedição das Cédulas de Identidade Civil no município de Curitiba.

Art. 6º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.05.1999.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 169/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Carlos Simões, o presente projeto de lei, tem por finalidade descentralizar a expedição de Cédulas de Identidade Civil do Instituto de Identificação para o interior do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposta já foi devidamente analisada pela douta Comissão de Constituição e Justiça, quanto aos aspectos

constitucional, legal e regimental, tendo recebido Parecer Favorável.

Chamada a manifestar-se, esta Comissão de Segurança Pública, constatou que o presente projeto de lei visa dar melhor atendimento à população num curto espaço de tempo, o uso de modernos meios da informatização, dispensará a burocracia da papelada ora existente.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer Favorável, na forma da Emenda Substitutiva Geral, apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 08.06.1999.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente
 EDSON STRAPASSON - Relator

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 231/99, de autoria do deputado Durval Amaral, que proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA C.C.J. E C.S.P.. COM EMENDA DA C.C.J.. (**Publ. no D.A. nº 40, de 10.05.99**).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 231/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do ilustre deputado Durval Amaral, proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Procedida a análise constitucional e regimental da matéria, verificamos que nada obsta à sua tramitação nesta Casa de Leis, havendo apenas algumas modificações efetuadas no projeto de lei, pelo que somos de Parecer Favorável, na forma de Emenda Substitutiva Geral, em anexo.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
 ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL
PROJETO DE LEI Nº 231/99

SÚMULA:

Proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências.

Art. 1º - Fica proibida a comercialização de armas de fogo e de armas de brinquedos, que imitem perfeitamente uma arma verdadeira e que possa atemorizar ou intimidar, levando a erro, no âmbito do Estado do Paraná.

Parágrafo Único - Os atiradores ou colecionadores cadastrados no Ministério do Exército e outras hipóteses

especiais previstas em lei são exceção ao disposto neste artigo.

Art. 2º - O descumprimento do disposto nesta lei acarretará ao infrator as seguintes penalidades, além das sanções penais:

I - multa de 1.000 a 10.000 UFIR's;

II - apreensão do material previsto no artigo anterior;

III - interdição do estabelecimento comercial responsável pela venda ilegal.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 30.11.99.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA PROJETO DE LEI Nº 231/99

P A R E C E R :

Relatório

De autoria do senhor deputado Durval Amaral, o presente projeto de lei proíbe a comercialização de armas de fogo no âmbito do Estado do Paraná.

Fundamentação

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Segurança Pública entende que a presente proposição contribuirá para minorar a quantidade de armas existentes em nossas ruas, bem como reduzir o número de homicídios registrados pelos órgãos de segurança pública, ligados à posse e a porte ilegal de armas.

Conclusão

Diante do exposto, somos de Parecer favorável, na forma da Emenda Substitutiva.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 16.12.99.

(aa) RICARDO CHAB - Presidente

MOISÉS LEÔNIDAS - Relator

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 586, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada por 10 (dez) sessões do Projeto de Lei nº 231/99, constante da Ordem do Dia da presente sessão ordinária. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão do Projeto de Lei nº 231/99, por (10) sessões.

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2000, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, que autoriza o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J.. COM EMENDA DA C.C.J.. **Aprovado. Publ. no D.A. 004, de 21.02.2000).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 028/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Antonio Carlos Baratter, tem por objetivo autorizar o Poder Executivo a doar uma área de terras para o município de Santa Tereza do Oeste e dá outras providências.

Chamada esta comissão a se manifestar com relação a legalidade e constitucionalidade, somos de Parecer Favorável na forma de emenda aditiva.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA ADITIVA PROJETO DE LEI Nº 28/2000

O parágrafo único do artigo 1º do presente projeto passará a vigor com a seguinte redação:

Parágrafo Único - O imóvel que se refere ao artigo 1º desta lei, será utilizado pelo município de Santa Tereza do Oeste, para continuar o funcionamento do Posto de Saúde. O referido município não poderá dar outra destinação ao lote de terreno sob pena desta doação se tornar sem efeito, revertendo o imóvel ao Patrimônio do Estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimento, ficando ainda, gravadas com as cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade.

Sala das Comissões, em 28.03.2000.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

O SR. SÉRGIO SPADA (**Pela Ordem**)

O momento tem que ser este, inscrevi-me no Horário das Lideranças pelo PSDB, mas Vossa Excelência pulou este item da pauta, mas não tem problema.

Só queria registrar na reunião de hoje, até por que é a primeira que participo na condição de líder do PSDB, que acabo de assumir a Liderança deste Partido aqui da Assembléia. Bancada com oito parlamentares, portanto, a segunda maior Bancada deste Plenário, consciente da responsabilidade que tenho com os colegas parlamentares, para com o meu partido PSDB e para com o Paraná.

Pretendia fazer um pronunciamento na Assembléia, na tribuna desta Casa, deixo para a próxima sessão, para não atrapalhar o andamento normal dos trabalhos.

Senhor presidente, já me inscrevo para a próxima sessão, no Horário das Lideranças, no Horário do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência cumprimenta Vossa Excelência e penitencia-se por ter pulado o nome da Liderança do PSDB, realmente Vossa Excelência tinha se inscrito, mas acho que a fadiga da manhã me fez pular o nome de Vossa Excelência.

Peço desculpas a Vossa Excelência e já está inscrito para a próxima sessão.

Sobre a mesa, Requerimento nº 581, de autoria do senhor deputado Cezar Silvestri, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 582, de autoria do senhor deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 583, de autoria do senhor deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 585, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 587, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 589, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 592, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 593, de autoria do senhor deputado Hidekazu Takayama, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Termina de ler requerimento.

O SR. ELIO RUSCH (Pela Ordem)

Só gostaria de registrar a presença do presidente da Câmara de Marechal Cândido Rondon, vereador Pedro Raudi, acompanhado do seu assessor Sadi Cecato, obrigado pela presença.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 24, a hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

Levanta-se a sessão.

Ato da Comissão Executiva:

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 062/2000

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais,

R E S O L V E :

Art. 1º - Fica criado, no âmbito da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, o Plano de Demissão Voluntária - PDV.

Art. 2º - O Plano de Demissão Voluntária - PDV vigirá no período compreendido entre os dias 1º de abril e 30 de junho de 2000.

Art. 3º - O servidor poderá aderir ao PDV, mediante requerimento próprio que estará disponível na Coordenaria de Recursos Humanos da Diretoria de Pessoal, dirigido ao senhor diretor geral e que deverá ser protocolado entre os dias 1º de abril e 30 de junho de 2000.

Art. 4º - O PDV abrangerá os servidores estáveis do quadro de pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa, ou sejam:

I - funcionário estatutários (Lei nº 6.174/70) e

II - funcionários sob Regime Jurídico Único (Lei nº 6.219/92).

Art. 5º - Não poderão aderir ao PDV os servidores:

I - regidos pela CLT - Consolidação da Leis dos Trabalho; e

II - que tenham cumprido todos os requisitos legais para aposentadoria, inclusive proporcional.

Art. 6º - A indenização fica estabelecida em 1,5 (uma e meia) remuneração por ano de efetivo exercício nesta Assembléia Legislativa, isenta de contribuição social previdenciária e de Imposto sobre a Renda.

Parágrafo Único - O conceito de remuneração para cálculo do PDV, levará em conta o vencimento básico, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, os adicionais de caráter individual, ou quaisquer vantagens, inclusive pessoais e as relativas à natureza ou local de trabalho, excluídos o adicional pela prestação de serviço extraordinário, o adicional de insalubridade, o adicional de periculosidade, o adicional de férias, a gratificação natalina, o salário-família e as indenizações.

Art. 7º - A indenização será paga em, até 10 (dez) dias contados da data de publicação do Ato de Exoneração no Diário da Assembléia;

Art. 8º - Os recursos necessários ao pleno atendimento do PDV serão oriundos de verba própria da dotação orçamentária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Art. 9º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 30.03.2000.

(aa) NELSON JUSTUS - Presidente
HERMAS BRANDÃO - 1º Secretário
AUGUSTINHO ZUCCHI - 2º Secretário